



Gazeta das Aldeias

N.º 2419

16 DE MARÇO DE 1960

Sala _____

Est. _____

Tab. _____

N.º _____

Alimentos Concentrados

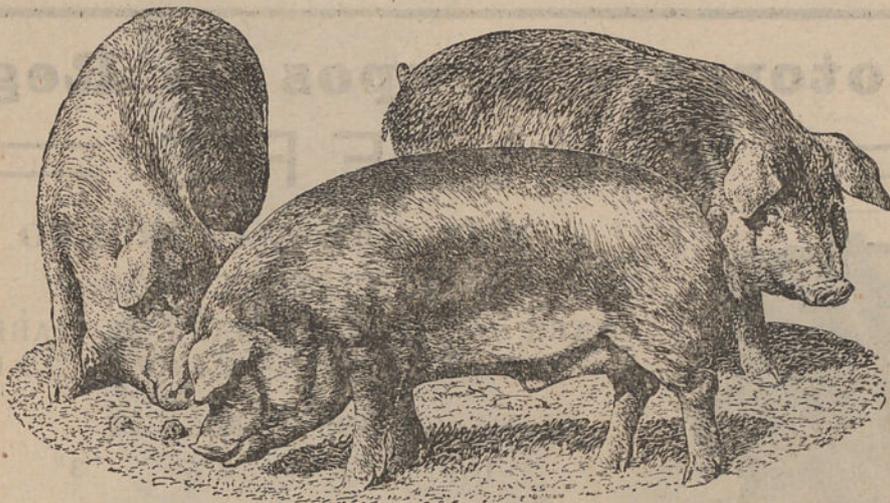


FARINHAS ALIMENTARES PARA GADO

SOJAGADO

SOJA DE PORTUGAL, LDA.

FABRICAS EM OVAR—TELEF. 63 ● ESCRITÓRIOS: RUA DOS FANQUEIROS, 38-1.—LISBOA



Cuidado com a

PESTE SUÍNA!

PROTEGEI PORCOS E LUCROS

Vacinaí com **ROVAC***

**Uma única injeção de ROVAC em porcos saudáveis
confere uma imunidade mínima de dois anos**

•
O **ROVAC** poupa tempo, trabalho e dinheiro!

O **ROVAC** é um produto de confiança

3214

•
Consulte um Médico Veterinário

Embalagens de: 5-10-25 e 50 doses

* Marca Registrada

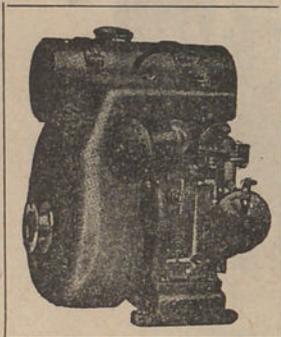
DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO
Cyanamid International
A Division of American Cyanamid Company
30 Rockefeller Plaza, New York 20, N. Y., U. S. A.



Repres. Exclusivos para Portugal e Ultramar:
ABECASSIS (IRMÃOS) & C.A
Rua Conde de Redondo, 64 - LISBOA
Rua de Santo António, 15-3.º - PORTO

Motores e Grupos de Rega

VILLIERS



MOTORES A PETRÓLEO

QUATRO TEMPOS

MARK 10, MARK 20, MARK 25, MARK 40
 1,1 HP 2 HP 2,4 HP 3,3 HP

GRUPOS DE REGA DE

1 1/2" 2" 2 1/2" 3"

ENCONTRÁ-LOS-Á NAS BOAS CASAS DA SUA REGIÃO

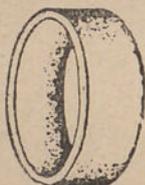
REGUE COM VILLIERS E REGARÁ TRANQUILO

AGENTES GERAIS EM PORTUGAL

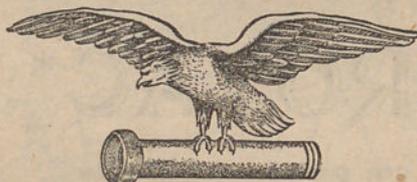
SOCIEDADE TÉCNICA DE FOMENTO, LDA.

PORTO — Av. dos Aliados, 168-A
 Telef. 26526/7

LISBOA — R. Filipe Folque, 7-E e 7-F
 Telef. 53393 3532



Argola para poços



Tubos de cimento



Peças para minas

3199

A INDÚSTRIA DO BARREIRO

VILA NOVA DE FAMALICÃO—Telef. 115

Fábrica de: Tubos de cimento para a condução de água a qualquer pressão, Blocos, Argolas para poços, Peças para mina, Postes para Iluminação Pública, Barricas em cimento para sulfatação. Chamamos a atenção para as peças para minas, tubos e argolas de cimento, por ser um fabrico ainda bastante desconhecido e de duração sem confronto. Armazém de: Ferragens, Drogaria, Telha, Cimentos, Cal hidráulica, Cal gorda, Sal, Adubos químicos, etc.

Viveiros da Quinta de S. Miguel

A maior selecção de barbados americanos, de todas as variedades e para todos os terrenos, bem como árvores de fruto rigorosamente seleccionadas e desinfectadas.

Suínos de pura raça YORKSHIRE (LARGE WHITE). Galinhas de raça PLYMOUTH ROCK BARRADA e LIGHT SUSSEX. Perús MAMMOUTH e patos KAKI-CAMPBELL e PEKIN. Novilhos e novilhas, pura raça holandesa, e outros melhorados pelo sangue da mesma raça.

No seu próprio interesse, visite os nossos viveiros.

Sociedade Agrícola "Quinta de S. Miguel", L.da

Carreira — Silveiros (Minho)

3588

Telef. 71 — NINE



AUMENTE OS SEUS LUCROS

O **Aurofac*** é o produto que contém a Aureomicina*, (clorotetraciclina) e o seu uso permanente nas rações proporcionar-lhe-á:

- 1.º Diminuição da mortalidade;
- 2.º Mais porcos por ninhada;
- 3.º Aumento do índice de crescimento e de engorda;
- 4.º Mais aumento de peso;
- 5.º Menor consumo de ração.

8243

DANDO AOS PORCOS
RAÇÕES QUE CONTENHAM

AUROFAC*

O uso diário do **Aurofac** nas rações permite que os porcos atinjam os pesos de abate 2 ou 3 semanas mais cedo. O uso diário do **Aurofac**, nas rações, poupar-lhe-á tempo e dinheiro.

Utilize o **Aurofac** nas rações dos porcos e será largamente compensado

Peça ao seu fabricante ou fornecedor, rações contendo **Aurofac**

* *Marcas Registradas*

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO
Cyanamid International
A Division of American Cyanamid Company
30 Rockefeller Plaza, New York 20, N.Y., U.S.A.



Repres. Exclusivos para Portugal e Ultramar:
ABECASSIS (IRMÃOS) & C.A
Rua Conde de Redondo, 64—LISBOA
Rua de Santo António, 15-3.º—PORTO



Eficaz

Prático

Económico

Um produto da Riedel
de Häen — Alemanha

A' venda nos Grémios da Lavoura e no comércio local

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS:

Sociedade Permutadora

S. A. R. L.

Av. da Liberdade, 190 — LISBOA • PORTO — Rua da Boavista, 44
Telef. 48141/2 Telef. 32107

3646

CORREIAS — MANGUEIRAS — COLAS

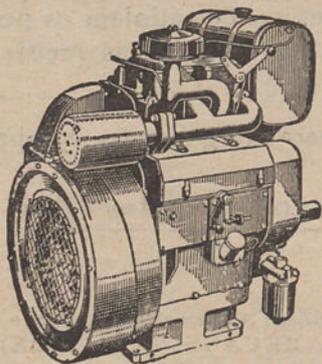
GOOD YEAR

Distribuidores exclusivos: Canelas & Figueiredo, Lda. — R. Fanqueiros, 46 — LISBOA

3643

Motores Diesel

RUSTON



OS MELHORES PARA ACCIONAMENTO DE
LUGARES DE AZEITE, MORGENS, DEBULHADORAS, BOMBAS, ETC.
REDUZIDO CONSUMO — ROBUSTOS — ARREFECIDOS
POR AR OU ÁGUA

FACILIDADES DE PAGAMENTO

HARKER, SUMNER & C.^a, L.^{da}

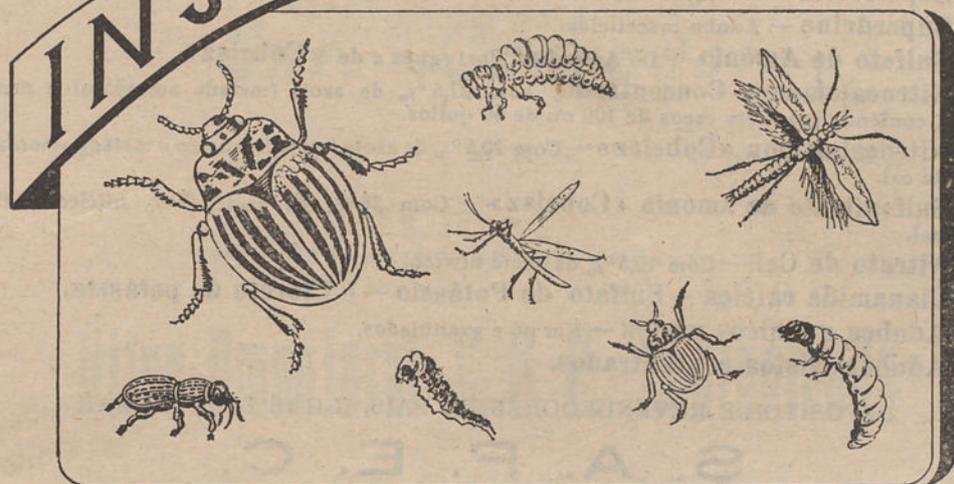
PORTO — 38, R. de Ceuta, 48 14, L. do Corpo Santo, 18 — LISBOA

3074

CONTRA
OS

INSECTOS

DANINHOS



INSECTICIDAS "SCHERING"

2891

VERINDAL "50"	(5% de LINDANO)	molhável
VERINDAL "P"	(20% de LINDANO)	emulsificável
VERINDAL "ULTRA"	(80% de LINDANO)	molhável
VERINDAL "S"	(20% de LINDANO)	para desinfecção de sementes
VERINDAL "LÍQUIDO"	(20% de LINDANO)	molhável
ALDRINE CONCENTRADO "DISPERSÍVEL"	(25% de ALDRINE)	para os terrenos
DIDITAN "50"	(LINDANO + DDT)	molhável
DIDITAN "50" SUPER	(50% de DDT)	molhável
DIDITAN "LÍQUIDO"	(LINDANO + DDT)	molhável
DIDITAN "10"	(LINDANO + DDT)	polvilho
DIDITAN "10"-B	(10% de DDT)	polvilho

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

AGUIAR & MELLO, L.^{DA}

Praça do Município, 13-1.º — LISBOA



A D U B O S

Superfosfatos 15%, 18% e 42% — Em pó e granulados.

Superdrine — Adubo insecticida.

Sulfato de Amónio — Do Amóniaco Português e de «Cobelaz».

Nitrocalciamon Concentrado, com 27,5% de azote (metade amoniacal e metade nítrico), contendo cal — em sacos de 100 ou de 50 quilos.

Nitrocalciamon «Cobelaz» — Com 20,5% de azote (metade nítrico e metade amoniacal) contendo cal.

Sulfonitrato de amónio «Cobelaz» — Com 26% de azote (7% nítrico e 19% amoniacal).

Nitrato de Cal — Com 15,5% de azote nítrico.

Cianamida cálcica — **Sulfato de Potássio** — e **Cloreto de potássio**.

Adubos quimicos mistos — Em pó e granulados.

Adubos mistos concentrados.

DEPÓSITOS E REVENDEDORES NO PAÍS, ILHAS E ULTRAMAR

S. A. P. E. C.

LISBOA:

Rua Vitor Cordon, 19, 1.º

Telefs.: 366426-366427-366428 e 366429
30715-30716-30717

Telegramas «SAPEC» — Lisboa



AGÊNCIA NO PORTO:

Praça da Liberdade, 53, 1.º

Telefones: 23727 e 26444

Telegramas «SAPEC» — Porto

3680

O MELHOR CAFÉ
É O DA

BRASILEIRA

61, Rua Sá da Bandeira, 91

Telefones, 27146, 27147 e 27148 — PORTO

(Envia-se para toda a parte)

2854

PARA AS GALINHAS

USAR o conhecido. **DESINFECTANTE ZAP**
ENÉRGICO, ACTIVO, EFICAZ

Aplica-se nos bebedouros das aves e é INOFENSIVO para os animais domésticos

Com o desinfectante ZAP as galinhas não se contaminam

Frasco pequeno . 12\$50 * Frasco grande . 50\$00

Vende-se em todas as farmácias, drogeries, aviários, etc.

DISTRIBUIDORES
GERAIS:

Vicente Ribello
& C.ª

R. dos Fanqueiros, 84, 1.º, Dt.º
LISBOA



2692

SEMENTES

VER, OUVIR E CALAR... NÃO!

Veja, ouça... mas diga a toda a gente o que são e o que valem as nossas sementes. Para semear já, recomendamos:

ALFACES — BETERRABAS DE MESA E FORRAGEM — COUVES PENCA — COUVES TRONCHUDA — COUVE LOMBARDA — COUVE BRÓCULO — COUVES FLORES — REPOLHOS — CENOURAS — RABANETES — ESPINAFRES — ERVILHAS DE GRÃO E DE VAGEM — PINHÕES — TOJOS — Giestas — LUZERNA — TREVO ENCARNADO — TREVO SPADONI — TREVO BERSIM — TREVO DA PÉRSIA — EUCALIPTOS — LAWN-GRASS — RAY GRASS — ETC. ETC.

E TODAS AS VARIEDADES DE FLORES DE SEMENTE E BOLBOS

Se desejar semear e colher... prefira as sementes que, com todo o escrúpulo, lhe fornecemos

A «SEMENTEIRA» de Alípio Dias & Irmão

Rua Mouzinho da Silveira, 175 — Telef.: 27678 e 33715 — PORTO

Catálogo Ilustrado — Em distribuição grátis



1865

Snr. Lavrador

Faça as suas contas!

Prefira como adubo azotado o

Nitro-Amoniacal C. U. F. Concentrado

com 26,5 % de Azoto

(Metade nítrico * Metade amoniacal)

pois é de todos os adubos azotados
aquele que resulta MAIS BARATO.

3455

Pode aplicá-lo, quer à

SEMENTEIRA quer em COBERTURA



Companhia União Fabril

L I S B O A

R. do Comércio, 49



P O R T O

R. Sá da Bandeira, 84

DEPÓSITOS E REVENDADORES EM TODO O PAÍS



Distribuidores dos pulverizadores **HIPÓLITO** e todos os acessórios aos mínimos preços.

Arames para ramadas, forquilhas, ancinhos, pás, foicinhas, gadanhas, etc.

Casa Morgado

Rua Mousinho da Silveira, 340 — PORTO

3647

ESCLARECIMENTO

Participo aos meus antigos clientes e amigos que, em 31 de Dezembro de 1958, cedi o estabelecimento sito na Rua de Alexandre Braga, 61, nesta cidade, conhecido por Horta Portuense, continuando, no entanto, a agradecer a preferência e atenção com que sempre me distinguiram durante a minha longa actividade no comércio de sementes e plantas.

De futuro, poderei receber as estimadas ordens de V. Sas. na Rua de Cedofeita, 598, nesta cidade.

Eurico Augusto Gomes

3644

Sulfato de Amónio DO Amoníaco Português



É A SUA MARCA

3104

PELES de coelho, raposa e de todos os animais — Curtimos, tingimos e confeccionamos

RÚSSIA NO PORTO

Raposas e casacos de peles aos melhores preços.
R. Fernandes Tomás, 561-Porto

(Alma da Capela das Almas)
Telef. 22960

2118

O GIRASSOL (Sua Cultura e Usos)

pelo Engenheiro-Agrónomo Artur Castilho

Capítulos: Nomes; Filiação; Descrição; Variedades; Meio; Cultura; Colheita; Danos; Usos; Importância.

Preço incluindo porte do correio, 6\$50. A' cobrança, 8\$50

Pedidos à «Gazeta das Aldeias»

Os 6

PRINCIPAIS MOTIVOS
DO ALTO VALOR DA
UROCRASINA

- 1º Dissolve e elimina o ácido urico
- 2º Activa a diurese
- 3º Regularisa a tensão arterial
- 4º Facilita a circulação do sangue
- 5º Combate a obesidade
- 6º Desintoxica e rejuvenesce

UROCRASINA
Despecifico Anti-urico por excelencia

2816

Gazeta das Aldeias

(S. A. R. L.)

Capital 250.000\$00

Sede: Avenida dos Aliados, 66-1.º—PORTO

Convoco os Srs. Accionistas para se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, no dia 29 do corrente, pelas 15 horas, para discutir, aprovar ou modificar o balanço, relatório e contas do conselho de administração referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1959 e respectivo parecer do conselho fiscal.

Porto, 7 de Março de 1960.

O Presidente da Assembleia Geral,
Simeão Pinto de Mesquita

Senhores Lavradores

A «CASA MALTA», fornece nas melhores condições:

Máquinas Agrícolas de todos os tipos

Adubos, Insecticidas e Fungicidas para todas as culturas e tratamentos, tais como: Acticupro, Ultraenxofre, Cobre Sandoz, Sulfato de Cobre inglês, Thiovit, etc., etc.

Sementes para Horta, Jardim e Pastos, incluindo bolbos recebidos directamente da Holanda, Jacintos, Narcisos, Iris, Tulipas, Ranúnculos, Anémonas, etc., etc.

No interesse de V. Ex.^a, consulte sempre

Malta & C.^a Lda.

Rua Firmeza, 519 — PORTO — Telefone, 20315

2007

ácido tartárico italiano Montecatini

“antiga marca appula”



Vinicultores

peçam aos seus fornecedores esta antiga
e acreditada marca

MONTECATINI S. G. Milano Itália
adubos - insecticidas - fungicidas

todos os produtos químicos para agricultura e indústria

Agente

EMANUELE BARABINO

Rua da Prata, 93-2.º esq. - LISBOA

2925

Gazeta das Aldeias

Fundada por *Jiliv Gama*

REVISTA QUINZENAL DE PROPAGANDA AGRÍCOLA

DIRECTOR

LUÍS GAMA

Engenheiro Civil de Obras Públicas e Minas (U. P.)

EDITOR JOAQUIM A. DE CARVALHO

Propriedade da Gazeta das Aldeias (S. A. R. L.) * Redacção e Administração: Av. dos Aliados, 66 - PORTO
Telegramas: GAZETA DAS ALDEIAS - PORTO * Telefones: 25651 e 25652Composto e impresso na TIPOGRAFIA MENDONÇA (Propriedade da GAZETA DAS ALDEIAS)
Rua Jorge Viterbo-Ferreira, 12-2.º - PORTO

SUMÁRIO

Insistindo	201
Novos directores do Instituto do Vinho do Porto	202
Crónica — prof. Mario de Azevedo Gomes	204
Três diplomas fundamentais para o progresso da agricultura em Portugal — eng. agrónomo J. Duarte Amaral	207
Pastos e forragens — eng. agrónomo Luís Livar	210
Como valorizar os azeites — eng. agrónomo Luis Fialho	213
Êxodo rural — eng. agrónomo Alberto Eduardo de Alarcão	214
Novos rumos da olivicultura — eng. agrónomo Madeira Lobo	219
Aspectos da motorização da agricultura em França — eng. agrónomo Francisco de Mendonça	222
Mais uma vez o problema do Burgo nos montados — professor C. M. Baeta Neves	228
Mirante — Conde d'Aurora	230
Cuidados a ter nas adegas — eng. agrónomo Pedro Nuncio Bravo	231
Homenagem ao Engenheiro Agrónomo Simões Pontes	233
SERVIÇO DE CONSULTAS	
— Fruticultura	235
— Medicina veterinária	235
— Direito rural	236

A NOSSA CAPA

Quando a azeitona atinge a sua plena maturação, é corrente ver-se, nos olivais, a cena que a gravura da nossa capa reproduz.

Azeitoneiras (como são chamadas as mulheres que se empregam na apanha da azeitona) procedem à colheita pelo processo denominado «ripagem».

ASSINATURAS

Ano	100\$00
Semestre	55\$00
Número avulso	5\$00
Estrangeiro (Excepto Espanha) — mais	50 %

INSISTINDO

É bem possível que o leitor se enfatie ao atentar na frequência com que, nesta página, é focado o mesmo problema, embora sob aspectos diversos.

Se assim sucede uma vez ou outra, é porque consideramos o assunto de primordial importância não só para a Lavoura, mas também para toda a colectividade, pois esta tem tudo a lucrar em que o progresso das actividades agrícolas acompanhe as melhorias que, felizmente, estão já a verificar-se nos sectores da Indústria e do Comércio.

No discurso, a todos os títulos notável, proferido pelo Secretário de Estado de Comércio antes de dar posse aos novos directores do Instituto do Vinho do Porto, acontecimento a que adiante nos referimos, disse o ilustre membro do Governo, quase ao findar:

«Quem examinar em pormenor as estatísticas do nosso comércio externo não pode deixar de notar, com verdadeira satisfação, melhorias sensíveis tanto no que toca à substituição de importações, como mesmo ao engrossamento dos excedentes exportados. E estas melhorias, deve dizer-se, são hoje muito mais visíveis no sector da produção industrial que no da produção agrícola.

É com fundado optimismo que vejo a indústria começar a vencer-se da sua capacidade de luta nos mercados externos. E é de esperar também que a lavoura portuguesa se aperceba das largas perspectivas que se nos abrem com a nossa participação na Associação Europeia de Comércio Livre. Tenho, por exemplo, em mente, as possibilidades que nos são oferecidas no sector das frutas e dos produtos hortícolas, em frescos e em conserva. Mas a verdade manda dizer que, de momento, não dispomos nem de umas nem de outros em quantidades e com as características que os mercados requerem. E é pena, porque se nos não decidimos a ocupar depressa a posição que nos cabe no mercado dos Sete, outros o farão, apesar de estarem em piores condições que nós».

Muito nestas páginas se tem escrito, chamando a atenção do lavrador para a Pomicultura e Horticultura, praticadas criteriosamente, pondo de parte fantasias que quase sempre ou sempre se transformam em desilusões, mas seguindo orientação que leve a produzir frutos, hortaliças e legumes que os mercados — o nosso e aqueles para onde poderemos exportar — aceitem.

Tem-se perdido muito tempo, não prestando atenção a realidades; mas ainda poderemos, sem grande esforço, recuperar o tempo perdido.

E assim acabamos, repetindo o que já, muitas vezes, neste mesmo lugar se tem dito.





O Sr. Eng. Brito e Cunha, lendo o juramento de honra

Novos directores do Instituto do Vinho do Porto

NO passado dia 5, o Secretário de Estado do Comércio, dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, ao dar posse, aos novos directores do Instituto do Vinho do Porto, engs. Brito e Cunha e Ferreira da Silva, depois de ter feito o elogio dos empossados e de se ter referido, com justas e merecidas palavras, ao eng. Costa Lima, que foi durante largos anos director daquele organismo, alto cargo onde despendeu constante actividade, de que resultaram incontestáveis benefícios para a colectividade, proferiu um dos mais notáveis discursos que temos ouvido ou lido, sobre problemas ligados à nossa economia.

Na verdade, o dr. Correia de Oliveira não se cingiu ao problema da exportação do Vinho do Porto, que atravessa crise grave, de todos bem conhecida. Em exposição de invulgar clareza e precisão traçou o caminho que é imperioso seguirmos na nossa política de produção e exportação.

Apontou verdades como punhos — permita-se a expressão — que todos sentiam ou vislumbravam, mas que difficilmente queriam aceitar; mas o discurso do estadista, a sua palavra clara, convincente, fez cair a venda que cegava muitos. Os aplausos calorosos, unânimes, da assistência, que a miúdo se repetiam, claramente o demonstraram.

Findo o notável discurso — melhor diríamos, magistral lição —, de que no próximo número faremos larga transcrição, porque nestas páginas deve ficar arquivada uma das maiores e melhores lições até agora proferidas sobre o nosso ressurgimento económico —, falou o eng. Brito e Cunha, novo director do Instituto de Vinho do Porto, que, depois de agradecer ao Secretário de Estado do Comércio a sua presença e pôr em relevo a sua acção na vida política portuguesa, disse:

Porque não se trata de um vulgar acto de rotina administrativa, pela primeira vez o Secretário de Estado do Comércio entendeu dever pre-

sidir à posse de dirigentes de um organismo de coordenação económica; e não foi também, por certo, sem significativa intenção ter-se querido realizar a cerimónia nesta terra e nesta casa.

Mesmo tratando-se de um organismo de superintendência num dos mais nobres produtos portugueses, sob tantos aspectos ímpares entre todos os demais e que, apesar de todas as vicissitudes, ainda hoje ocupa lugar de excepcional destaque na economia nacional, há que registar com desvanecimento a deferência e agradecer, reconhecidamente, a excepção.

Para mim foi subida honra terem-me as circunstâncias proporcionado ser eu o porta-voz deste sentimento de gratidão para com o dr. José Gonçalo Correia de Oliveira da gente do Porto e de quantos ao vinho do Porto estão de qualquer forma ligados e de lhe exprimir o seu apreço e a alta e distinta consideração em que o têm; e ainda afirmar que nesta sua atitude não pode deixar de se querer ver o interesse e a fina sensibilidade do homem do Governo pelo problema dos vinhos generosos do Douro, pela sua produção e pelo seu escoamento, interesse tantas vezes demonstrado, ainda há pouco tempo tão categoricamente e eficazmente enunciado, hoje mais uma vez muito expressivamente confirmado.

Com esse interesse também eu me permito de ora avante contar na honrosa mas pesada e difícil missão de dirigir os destinos do Instituto do Vinho do Porto, de que V. Ex.^a entendeu por bem encarregar-me; e a presença de V. Ex.^a neste momento e neste acto constitui para mim seguro penhor de firmes directrizes, sólida orientação, conselho sempre esclarecido, benévolo e generoso espírito de compreensão.

É muito pedir de quem, em contra-partida só traz consigo, para oferecer a V. Ex.^a, na defesa dos altos interesses que lhe são confiados, costumes de

trabalho, gosto de cumprir e paixão de bem-servir, desejo de ser útil e de cooperar no bem comum, fé em Deus e fidelidade integral à Doutrina e aos princípios em que se formou o seu espirito e a sua mentalidade.

Neles, na minha vontade de acertar, pode V. Ex.^a ter cabal confiança como, por meu lado, confio na leal colaboração da lavoura e do comércio exportador, onde creio possuir velhas amizades e sólidas dedicações e em que pressinto confiante expectativa à minha actividade...

Nesta esperança vou começar a trabalhar com a certeza da eficiente e permanente ajuda do adjunto da Direcção, a quem dirijo os mais cordiais cumprimentos e de todos quantos nesta casa trabalham.

É árdua a tarefa e pesada a herança, porque o Instituto do Vinho do Porto tem grandes tradições; procurei dar cunho impessoal, neste aspecto, às minhas palavras, mas não fujo à tentação de aqui referir o nome do eng. José da Costa Lima que desde sempre me habituei a estimar e a respeitar e que está para sempre ligado a esta casa.

Procurei ser muito breve mas não queria terminar sem dizer ao ilustre presidente da Comissão de Coordenação Económica julgar ter todos os motivos para poder acreditar no seu estímulo como ele sabe que pode contar com a minha colaboração.

E, por último, leve V. Ex.^a consigo, Senhor Secretário de Estado do Comércio, desta sua passagem pelo Porto, a convicção de todos nós sabermos apreciar na justa medida o que ela teve de devoção e de sacrifício, da noção perfeita do dever de governante que se apaga para só se lembrar dos outros, em momento que deveria ser de recolhimento e de saudade.

O Porto é por vezes rude, quase intratável, sr. dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, mas nunca é ingrato, sabe ser reconhecido.

O novo Director do I. V. P. assina o auto de posse, vendo-se, à sua esquerda, o novo Director-Adjunto



Crónica

Pelo Professor MÁRIO DE AZEVEDO GOMES

QUEM se dê ao trabalho de examinar a sangue frio, desapassionadamente, o actual panorama dos debates — cheios de interesse — travados no sector mais responsável da Lavoura, o dos seus dirigentes e orientadores, talvez que tenha o direito de registar certo estado de inquietação que pressupõe dúvidas e incertezas. Vive-se, acaso, um momento cuja ambiência é de reforma; presente-se que vai ser necessário introduzir na agricultura tradicional modificações mais ou menos profundas e segundo ritmo totalmente diverso daquele a que andamos habituados. Sabe-se, aliás, que o problema não é só nosso; acusa-o o mundo agrícola em bloco. Simplesmente, para a arrancada decisiva são diversos os pontos de partida; e os atrasos haverá que pagá-los agora, ao pretender alcançar a meta.

Foi do edificio estadual que surgiu, abertas com surpresa as portas de par em par, o anuncio categórico da nova fase. Refiro o já famoso «Relatório Preparatório do II Plano de Fomento», a crítica severa a que se abalançou, a sinceridade das suas alegações e — questão eminente — a largueza de vistas de que deu prova. Em matéria de Fomento o futuro mais próximo fica, de facto, visionado; e, *sem embargo do muito que falta inquirir* como prévia garantia da bondade da obra, existe, ao menos, o esboço duma programação e com ele a possibilidade de esforço regrado e contínuo. O certo é que, dita a palavra de ordem, logo, aqui e além, não faltaram os seus divulgadores. Deixara por exemplo de ser «tabú» referir o velho tema da estrutura deficiente do nosso agro. E, então, na imprensa, na conferência, no livro e mórmente nas revistas da especialidade vá de glosá-lo e discuti-lo.

A ninguém de boa intenção e são juízo pode causar desagrado a agitação do problema e sobretudo que se interessem por ele os melhores espiritos da nossa terra. Que se acumulem, em busca das boas soluções, quer os estudos, quer os simples depoimentos, filhos da observação e da experiência, parece que nisso reside o interesse de todos nós.

Há, porém, que contar, como reacção naturalíssima no domínio do que é humano, com a tomada das posições extremas em pleno debate, com o inevitável exagero em afirmar ou negar, e ainda com o risco de querer generalizar-se o que, quantas vezes, pode apenas receber aceitação para campo restrito. Tais reflexões devem dominar, cuido eu, todo aquele que, em obediência a um espírito crítico, imparcial e justo, se abeire da análise do magno assunto e seu actual tratamento público, embora ocupando

apenas, de momento, a posição, assaz cómoda, de simples espectador — que me pertence.

Todo o merecimento estará em não perder o sentido do meio termo — aquele que define a virtude — e em procurar lobrigar, através de quanto se diga e escreva, o montante das realidades que se impõe respeitar em opposição a esse outro a que recusa sobrevivência o mais elevado conceito da moral social, de nossos dias.

Todo o merecimento estará, também, em desejar que se abordem com atitude digamos (à míngua de melhor) *científica*, isto é: a partir de uma sólida *base experimental*, todas as modificações do existente que atinjam vulto reformador.

Como transcrevi, em tempos: «Em matéria social só deve deitar abaixo aquele que pode construir. Só se destrói na medida em que se reconstrói, quanto mais não seja porque a vida social não pode sofrer paragens nem regressão» (Carlo Rosselli).

Como norma de conduta e definição do critério próprio terei dito o bastante: desculpe o leitor se fui, até, longo de .nais.

Vejamos, isto posto, alguns aspectos da discussão em curso e, de certo modo, até onde ela pode levar-nos na sua projecção e legítimas consequências.

Aquela espécie de inquietação atrás referida desenha-se, por exemplo, em determinado sector perante o insuficiente esclarecimento das posições profissionais relativas, situação confusa a que corresponde embrulhada nomenclatura.

Tenho presente o último número de *A Voz da Lavoura*, órgão corporativo de larga expansão, dia a dia acrescido em colaboração interessante; aqui se discute, quanto ao concelho de Beja (e, claro está, o caso generaliza-se), a dificuldade existente em definir com rigor tão só o número de *proprietários agrícolas*, número este que se apresenta diverso consoante o critério adotado. Uma conclusão a tirar, como legítima, subentendida na primeira do autor, «Spectator», conduz à recomendação do refundimento dos trabalhos e estudos que à classificação dos «agrícolas», por várias categorias, concerne; e estou à vontade dentro deste campo porque ele não difere do das minhas habituais reclamações no sentido dos inquéritos rigorosos que nos habilitem a conhecer quer a terra, quer a gente que a aproveita tanto agrícola como florestalmente.

Acrescenta, porém, «Spectator», à guisa de outra conclusão: «e pretende-se efectuar uma reorganização agrária!».

A exclamação percebe-se: uma situação confusa, a discriminação deficiente das várias posições perante o problema comum da propriedade do solo arável, acarreta consigo certa perturbação nas soluções do problema, já de si complexo, da reorganização referida. Porém, isto não autoriza a dar de mão na essência do mesmo problema — nem tal, estou certo, é intenção do articulista —; de algum modo o que fica à vista com a sua útil intervenção é a tal urgência em realizar novas e mais perfeitas inquirições. O problema propriamente dito sobrepõe-se-lhes e vive por si mesmo; e a este problema, com os requisitos de equidade e justiça (cuja indispensabilidade espero ter deixado bem em evidência) haverá, mais tarde ou mais cedo, que encontrar-lhe solução adequada.

Impressionante é, no mesmo número de *A Voz da Lavoura*, o apelo feito à florestação particular pelo eng. silvicultor Egberto Pedro, colega que muito prezo, como

elemento dos mais prestantes da Direcção-Geral dos Serviços Florestais. Vai longe o entusiasmo do propagandista e a visão dum «Portugal florestal» surge-nos, ali, com desusada grandeza.

A mim me parece, professor de Silvicultura que fui largos anos, e defensor incansável dos merecimentos da Silvicultura em território como o nosso, que não cabe, todavia, nas realidades desejáveis tão vasto empreendimento.

A argumentação aliciante quanto a *emprego de mão-de-obra*, a desmentir de algum modo uma antiga tese de ser pouco pródiga em salários a cultura florestal frente à cultura agrícola, essa argumentação tem que se lhe diga. Requer, pelo menos, exame ponderado.

Compara-se no artigo citado o consumo de jornais para a cultura cerealífera (em certa zona do Baixo Alentejo) segundo a rotação tradicional — alqueive, dois anos de cereal, três de pousio — e que dará 3,6 J. H./Ha em média anual, com o das culturas florestais, marcadas as seguintes médias anuais: para pinhal bravo 7,5 J. H.; para montado de sobro 6 J. H.; para eucaliptal 10 J. H.; etc. E conclui-se pela superioridade da Silvicultura. Além de que certos daqueles números, como o do pinhal bravo (em exploração intensiva, com resinagem) são mera excepção, parece indispensável ter em conta como é forçadamente *discontínuo* o emprego da mão-de-obra florestal. Como todos sabemos, os trabalhos fazem-se em períodos curtos, predeterminados e só nestes; e, por outro lado, a menos que se trate de largas explorações ordenadas, na seriação dos anos ocorrem vários em que o trabalho a dar aos povoaamentos é nulo. Tudo quanto parece legítimo concluir é que da florestação feita em termos equilibrados deve resultar uma poderosa contribuição para o emprego da gente do campo, na medida em que esta esteja igualmente interessada no trabalho agrícola propriamente dito.

E por este caminho levo, por fim, o leitor como justificação desta diversão feita e para reatamento dos raciocínios anteriores, à consideração da indispensabilidade daquele maior emprego agrícola, o qual muitas vezes ficará dependente de remodelação cultural, consequência, por sua vez, dos reajustamentos da própria estrutura agrária.

Tenho presente um lúcido trabalho devido a outro colega distinto e antigo discípulo, o eng. agrónomo Fernando Luís Estácio — publicado em inglês com o título «The Economics of Water Supply and Control» e tendo como origem o Centro de Estudos de Economia Agrária, da Fundação Gulbenkian.

É resenha perfeita e em dia do que tem sido entre nós a Obra de Hidráulica Agrícola, suas falhas e seus sucessos evidentes, e, ao mesmo tempo, definição rigorosa daquilo que cumpre fazer no sentido de servir a mesma Obra cabalmente os superiores *interesses sociais*.

Espero fazer do exame deste trabalho, inspirado aliás em afirmações contidas no próprio Relatório do Plano de Fomento, motivo de futura crónica. Agora, porém, desejo assinalar apenas que é precisamente *na superfície beneficiada pela rega* que se defende, com nova estruturação agrária, a fixação de mais e melhor gente do nosso campo.

Trata-se, claro está, de modalidade de aproveitamentos que fica longe de corresponder ao nosso panorama actual.

Três diplomas fundamentais

para o progresso da

agricultura em Portugal

COMO é do conhecimento geral enviou a Secretaria de Estado da Agricultura à Câmara Corporativa os projectos das propostas de lei n.os 507 e 508, relativos, respectivamente, ao arrendamento da propriedade rústica e à revisão do regime jurídico da colonização interna, e o projecto do decreto-lei n.º 509 sobre o emparcelamento da propriedade rústica.

São três diplomas sérios, tendentes a influenciar, no sentido da melhoria, a defeituosa estrutura agrária portuguesa, que se podem considerar instrumentos fundamentais para se alcançarem alguns dos mais importantes objectivos previstos pelo II Plano de Fomento, e por cuja apresentação merece os mais rasgados elogios o actual Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Agrónomo Luis Quartín Graça.

Largamente divulgados, os textos daqueles diplomas têm dado origem a comentários bastante diversos, por parte quer dos interessados quer da própria opinião pública. Como nem sempre esses comentários são absolutamente desinteressados e podem contribuir para obliterar o real significado das leis que se pretende implantar, julgamos que não será descabido o nosso modesto contributo para a divulgação dos preceitos fundamentais daqueles diplomas.

O projecto de proposta de lei n.º 507 respeita ao arrendamento da propriedade rústica.

Torna-se desnecessário realçar a importância do arrendamento entre nós, pois cerca de 15% do número total de explorações do Continente são explorações de arrendamento.

Esta percentagem média oculta variações muito acentuadas de província para

POR J. DUARTE AMARAL
Engenheiro Agrónomo

província. Assim, no Douro Litoral, aquela percentagem sobe para 30%, na Estremadura é de 24% e no Alto Alentejo é de 21%.

Em nossa opinião os dois preceitos mais importantes que a nova lei pretende introduzir são os que respeitam ao prazo estabelecido para os arrendamentos — seis anos no mínimo — e à proibição do sub-arrendamento.

Não oferece dúvida que as condições óptimas para a exploração da terra se verificam quando coincidem as situações

de proprietário e de empresário, isto é, quando o agricultor explora a *sua* terra.

Quando não coincidem aquelas situações, quer dizer quando a exploração da terra é indirecta, compete ao Estado assegurar condições de equidade aos contratos a estabelecer entre proprietários e rendeiros, ou entre parceiros. A presente lei não se aplica, porém, a estes últimos.

Há quem tenha emitido a opinião de que a presente lei tende a favorecer os rendeiros. Em certa medida assim é; a lei tende de facto a assegurar boas condições à *exploração* da terra, e a facilitar portanto a acção do empresário, neste caso o rendeiro.

Para evitar que este considere a terra como um filão a explorar e a abandonar de seguida, procurou-se impedir que lhe seja possível destruir a fertilidade dum património que é de todos e que é necessário manter; por outro lado incitou-se o rendeiro a melhorar a propriedade que amanha, garantindo-lhe um prazo mínimo de exploração que lhe permita aproveitar-se também dos melhoramentos que nela introduza, e dando-lhe direito à justa indemnização quando tiver de a abandonar.

A terra é, na nossa agricultura, o factor de produção mais caro. Dum modo geral ela está sobrevalorizada, em resultado de ser muito menos abundante a *oferta* que a *procura*.

Quer dizer que, em relação à respectiva capacidade produtiva, a terra *rende* demasiado no nosso País em relação a outros, mais evoluídos, onde há muito menos gente a pretender agricultar.

Este facto tem graves repercussões no custo da produção, que resulta elevado, em consequência de ser alto o ónus do factor terra; a remuneração dos outros factores—sobretudo a do trabalho—é, em consequência deste facto, muito baixa.

Não falta, pois, quem entenda que o Estado deveria levar mais longe a sua intervenção fixando o montante das rendas. A lei, porém, assegura a liberdade contratual neste ponto. Seria, de facto, muito difícil uma intervenção neste sector,

pois que, enquanto a procura fosse superior à oferta, seria impossível evitar o não cumprimento da lei. A redução do valor da terra há-de operar-se por força do próprio desenvolvimento económico, à medida que for diminuindo a incidência da pressão demográfica sobre a actividade agrícola, por efeito da aspiração de mão-de-obra pela indústria e pelos serviços. Quando houver menos gente vivendo da agricultura por encontrar melhores oportunidades de ganhar a vida fora dela, o valor da terra agrícola, e, consequentemente, das rendas há-de forçosamente baixar.

Este facto terá ainda outra repercussão que será o de fazer baixar as capitalizações de lucros em terra, desviando estes, como é do interesse geral, para outros rumos, onde a produtividade pode, aliás, ser maior.

A lei proíbe, como já dissemos, o sub-arrendamento. Sendo, de facto, a terra o factor de produção mais caro não seria justo que o Estado permitisse o agravamento do seu custo mediante a intervenção dum intermediário, inteiramente dispensável. Não pode, portanto, merecer senão louvores o preceito introduzido pela nova lei.

A criação de comissões arbitrais concelhias é outra decisão que se nos afigura esclarecida, pois permite a pessoas que conhecem bem o meio local resolver com equidade os problemas que se levantem nas relações entre proprietários e rendeiros, respeitando os direitos e deveres mútuos.

O título II da lei que vimos apreciando prevê a atribuição do título de «arrendamento familiar protegido» a explorações que satisfaçam a determinadas condições consideradas essenciais para assegurarem a continuidade de unidades económicas familiares.

O reforço que por este meio é dado à solidez da exploração agrícola de tipo familiar, constitui afinal corolário da política governamental de estímulo e protecção à família, de nítida inspiração cristã.

O projecto de proposta de lei n.º 508

aborda o problema de regime jurídico da Colonização Interna.

O principal objectivo da actividade da Junta de Colonização Interna é o de promover a melhoria da nossa estrutura agrária, que, por circunstâncias as mais diversas, se apresenta altamente defeituosa.

Deste mesmo mal sofrem aliás todos os países mediterrânicos e em todos eles se estão desenvolvendo esforços sérios de reforma estrutural, de modo a conseguirem-se condições em que possa assentar uma agricultura sã, quer do ponto de vista económico quer social.

O obstáculo principal que tem impedido a actividade da Junta de Colonização Interna é, evidentemente, a falta de terrenos para colonizar. Daí, o ter a sua acção sido circunscrita a meia dúzia de baldios.

O presente projecto de lei procura obviar a este inconveniente prevendo, na sua Base VII, a «expropriação por utilidade pública de terrenos, edificios e quaisquer direitos a eles inerentes, na medida em que sejam necessários à execução dos projectos de colonização aprovados».

A faculdade de expropriação não abrange, porém, aqueles prédios incluídos nos perímetros de colonização «que sejam explorados de forma que se atinjam os índices de intensificação cultural previstos nos projectos».

Esta restrição é muito importante e salvaguarda a posição dos agricultores progressivos cuja actividade é altamente proveitosa não só do ponto de vista económico como social e que convém estimular.

Nas zonas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas, onde seja prevista a colonização, cada proprietário poderá reservar uma parte nunca inferior à *da unidade técnico-económica*, mas que não poderá ser superior a 100 hectares.

Compreende-se a importância da lei ao reconhecer-se que só mediante ela será possível exercer alguma influência na estrutura agrária tradicional do Sul e tirar dos investimentos previstos no

II Plano de Fomento, o máximo de proveito social.

Foi a disposição que permite expropriar por utilidade pública, aliás já consagrada na legislação portuguesa, que provocou as maiores reacções, não faltando quem considere a lei de *orientação socialista*... Evidentemente que só a falta de argumentos sérios pode ter conduzido a *caluniar* deste modo a proposta de lei que, como é sabido, se destina essencialmente a possibilitar a «instalação de explorações familiares que constituam unidades economicamente viáveis». Só com muito boa (ou má...) vontade se pode ver socialismos...

Finalmente, o projecto de proposta de lei n.º 509 procura remediar um mal que aflige as regiões agrícolas sobre-exploradas: o excessivo parcelamento.

A conveniente exploração das terras nas regiões de minifúndio é agravada pela excessiva dispersão dos prédios. Ao inconveniente da pequena área utilizada junta-se aqueloutro e deste modo as empresas estão impossibilitadas de adoptar um certo número de técnicas indispensáveis ao progresso da agricultura e à sua adaptação às novas condições de mercado que os agrupamentos económicos da Europa, em marcha, dentro de alguns anos acarretarão.

O *emparcelamento* é uma operação «que consiste na substituição de vários terrenos dispersos, pertencentes ao mesmo proprietário por um número mais restrito e, se possível, por um só».

Para quem conheça a agricultura de Noroeste torna-se desnecessário encarecer a importância do «saneamento» da estrutura da empresa agrícola previsto pelo projecto de lei.

Corajosamente, portanto, o Governo dispõe-se a encarar de frente a correcção de alguns dos defeitos mais salientes da nossa estrutura agrária, e que se situa, aliás, na «linha de rumo» traçada pelo Ministro da Economia: «A adaptação inexorável da agricultura a novas condições de trabalho e novas concepções de vida é a segunda invariante da economia portuguesa».

Só merece louvores por isso.

PASTOS

E

FORRAGENS

Pelo eng. agrónomo LUÍS BIVAR

(Continuação do número 2414, página 12)

OS TREVOS

PERTENCEM ao género «Trifolium», palavra que quer dizer «três folhas». Como gosto da exactidão, lembro aos meus caros leitores que não se trata de folhas mas sim de *foliolos*, isto é, de peças semelhantes a folhas, as quais, reunidas na extremidade duma haste chamada *peciolo*, formam a folha pròpriamente dita.

E, a propósito, também os quero advertir de que uma das características mais evidentes das leguminosas é o facto de terem geralmente folhas compostas, isto é, formadas por maior ou menor número de *foliolos*. Poderemos começar a verificar isso com toda a facilidade, sem sairmos dos nossos quintais, se olharmos para as favas e as ervilhas que, graças à sua constituição, podem nascer no tempo frio e aguentar, sem danos de importância, geadas como aquelas com que Janeiro e Fevereiro nos mimosearam.

Mas há muitas plantas com as folhas compostas que não pertencem à família das leguminosas. Há anos, um agricultor com certa instrução queria à viva força que a pimpinela fosse uma leguminosa; eu disse-lhe que não, expliquei-lhe porquê,

mas o sujeito não se deu por vencido, com o que aliás, pouco me importei.

Também nem tudo o que tem três foliolos é trevo. O assunto interessa e, por isso, vamos abordá-lo com certo detalhe.

No Minho, tanto nos terrenos cultivados como nos incultos, e também junto dos muros e nos valados, aparece com certa frequência uma planta bastante pequena que, para o profano, parece mesmo um trevo, e até um trevo muito elegante, visto que os seus foliolos têm um corte distinto. Porém, as aparências limitam-se apenas às folhas, pois esta planta tem as flores, frutos e sementes muito diferentes das dos trevos.

Trata-se dum *Oxalis*, talvez o *Oxalis corniculata*, de que não conheço nenhum nome vulgar. Ao género pertencem outras plantas, umas espontâneas e outras de jardim, estas muito bonitas quanto às folhas e às flores.

Mas, salvo a primeira, é preciso acautelarmo-nos com elas, conforme vamos ver.

A estas ervas chamou-se *Oxalis* por conterem sais do *ácido oxálico*, um veneno que as donas de casa empregam para tirar

nódoas, vulgarmente conhecido por *sal de azedas*.

Mas não se assustem, porque mais uma vez se confirma o rifão que diz: «pouco veneno não mata».

Os animais, pelo menos os bovinos, podem comer quantidades apreciáveis do *Oxalis cernua*, o maior que conheço, conforme verifiquei quando, há já muitos anos, me encontrava a estudar na Figueira da Foz; e até me lembro de que gostava de chupar os longos e carnudos pecíolos das suas folhas, que têm um gosto ácido agradável, semelhante ao das gavinhas da videira.

No entanto será bom ter uma certa cautela com essa erva, a que dão diversos nomes tais como *trevo azedo*, *mijona*, *erva pata* e *erva canária*; nos campos onde ela aparecer em quantidade apreciável será prudente não utilizar a forragem e, sobretudo, não deixar pastar os animais, que a podem comer em doses prejudiciais.

Os *Oxalis*, salvo talvez o que se encontra espontaneamente no Minho, têm um grande inconveniente: dão-se muito bem nas nossas terras e são plantas invasoras, constituindo verdadeiras pragas. Devemos evitar a sua propagação, o que me parece bastante fácil desde que haja uns certos cuidados.

Que eu saiba, apenas há a temer o *Oxalis cernua*, de flor amarela, muito vulgar em várias regiões do País, e outro ou outros *Oxalis* de jardim, um dos quais de flor avermelhada.

Não sei se os *Oxalis* de jardim se propagam com facilidade por semente. Mas à cautela, se os tivermos, o melhor será dar cabo deles se notarmos que começam a expandir-se para fora dos canteiros; e, sobretudo, é preciso ter o máximo cuidado em não deitar nos campos terra dos jardins onde os houver, porque os seus bolbilhos, pequenos e numerosos, em breve reproduzirão a planta em quantidades assombrosas.

Quanto ao *Oxalis cernua*, bastará, talvez, que tenhamos o cuidado de examinar bem as árvores que compramos, provenientes do centro e do sul do País; desembarcemos as raízes dos torrões e ervas que as envolvem porque, com elas, vêm muitas vezes misturados os malditos bol-

bilhos, que é preciso destruir. E se, por descuido, permitirmos que nasçam algumas indesejáveis plantas, tratemos de as arrancar com o máximo cuidado, com um grande torrão, de forma que, juntamente com as raízes, venham todos os bolbilhos a elas agarrados.

O mesmo se deve fazer quanto à *junça*, outra planta invasora que também pode ser propagada se não houver cuidado com os torrões das árvores que vêm de certos viveiros.

Passemos agora aos trevos propriamente ditos.

Os que mais interessam, para o Minho, são o trevo encarnado, o trevo violeta e o trevo branco.

Trevo encarnado (*Trifolium incarnatum*)

Quero fazer uma pequena advertência àqueles que conhecem o inglês, para que se não enganem, como me aconteceu. *Red clover* é trevo violeta e não trevo encarnado, como parece; este chama-se *crimson clover*, isto é, trevo carmesim.

O trevo encarnado é uma planta anual, de raízes pouco profundas. Tem diversas hastes, as quais, como as folhas, são dotadas de pêlos. A flor é muito diferente da dos trevos acima apontados, e consta duma espiga comprida, dum bonito vermelho vivo.

Há uma variedade, de que vamos já falar, em que as flores são brancas; mas nem por isso deixa de se lhe chamar trevo encarnado.

Em geral é considerado uma forragem temporã.

Entre nós, que eu saiba, não se distinguem variedades. Outrotanto não acontece na França, onde, conforme ele é mais ou menos precoce, assim tem os seguintes nomes:

Trevo encarnado temporão

Trevo encarnado ordinário

Trevo encarnado tardio ou de S. João.

Trevo encarnado branco tardio.

Trevo encarnado extra tardio

O primeiro semeia-se, lá, em Agosto e colhe-se em Maio; o último semeia-se na Primavera e ceifa-se em Junho ou princípios de Julho.

Lá, qualquer destes trevos dá só um corte. Entre nós, especialmente no Minho, as coisas passam-se de modo muito diferente.

Semeamos o trevo como o azevém, isto é, em Agosto ou Setembro, entre o milho, dando-lhe a seguir uma ligeira sacha. Não se deve guardar a sementeira para mais tarde porque, embora o trevo encarnado resista razoavelmente às geadas no nosso clima, o certo é que, se for apanhado em pequeno pelos grandes frios, põe-se roxo, sofre um grande atraso e as produções são muito menores. Costuma empregar-se semente encasulada, à razão de 80 quilos por hectare.

Há vantagem em semeá-lo com gramineas, tais como o centeio, a aveia e o azevém; além da protecção contra o frio, consegue-se, assim, obter maiores produções e forragens mais bem equilibradas.

Em geral, se o tempo correr de feição, dá um corte fraco ou razoável antes dos grandes frios; e, passados estes, dá mais um ou mesmo dois bons cortes, o último dos quais, o melhor, em Abril ou Maio.

Também se pode cultivar a seguir à batata, e, nesse caso, a forragem só tem a lucrar. De facto, a sementeira, que, em geral, é mais temporã, decorre em melhores condições: não há nada a estorvá-la e a terra encontra-se limpa das ervas, bem mobilizada e bem estrumada.

Para o trevo encarnado estão indicadas as terras férteis e frescas, mas não limadas; estas destinam-se ao azevém que, além de dar aí boas produções, garante verdura para o gado no rigor do Inverno.

Termina aqui, a bem dizer, a lista das forragens usuais do Minho, pois apenas me falta falar da língua de ovelha, de pouca importância, que me convém agrupar com outras plantas.

No próximo artigo tratarei do trevo branco e do trevo violeta que, felizmente, estão a ser encarados com interesse pela lavoura minhota, graças aos bons resultados obtidos com os campos de demonstração.

Um bom campo de trevo na Quinta do Mosteiro, em Grijó — Gaia



Como valorizar os azeites

Pelo engenheiro agrónomo LUÍS FIALHO

As condições desfavoráveis para a qualidade dos azeites da passada colheita dá grande oportunidade à colaboração que o eng. Luis Fialho dá hoje à Gazeta das Aldeias, e que registamos com grande satisfação.

I) DEPURAÇÃO

COMO é do domínio geral, a produção de azeite da pretérita campanha, correspondente a um período de safra, pode computar-se em cerca de 90 milhões de litros, ou seja, mais 34% que a do ano anterior, mas os olivais foram intensamente atacados pela mosca da azeitona (*Dacus oleæ*) e pela gafa (*Gloeosporium olivarum*) que causaram prejuízos excepcionalmente elevados, comprometendo igualmente a qualidade dos azeites. Impõe-se, portanto, o seu melhoramento pela depuração ou outros métodos considerados mais pertinentes, de modo a proporcionar maior rendimento ao produtor e um consumo mais higiénico do principal alimento que fornece a gordura vegetal à nossa população.

Sabe-se que os azeites, quando finos, *limpam* ou *espelham* naturalmente dentro das talhas onde são lançados, graças à acção da gravidade que arrasta para o fundo daquelas vasilhas as impurezas que o óleo contém em suspensão. Outrotanto não acontece com os de inferior qualidade, mais ou menos borralhentos e defeituosos, como alguns da recente extracção, em consequência daquelas pragas habituais entre nós e da acentuada irregularidade no ritmo de laboração dos lagares, que só com o concurso de certos tratamentos se poderão valorizar, mediante uma depuração conveniente e perfeita.

É pois com o desígnio de facilitar esse trabalho aos oleicultores interessados que se concita este momentoso problema, apresentando, à laia de alvitre, dada a sua pro-

jeccção económica, alguns processos simples e expeditos, baratos e eficientes, ao alcance do oleicultor, como práticas de vantajosa aplicação.

Tratamento pelo tanino

Faz-se uma solução aquosa de tanino a 3%, da qual se empregam 33 litros por hectolitro de azeite. Agita-se três vezes ao dia e durante três dias seguidos, após o que se deixa depositar o azeite e depois filtra-se, ou então lava-se e filtra-se em qualquer aparelho apropriado, que pode ser improvisado com um depósito de folha de «Flandres», ao qual se adapta algumas mangas de tecido, pano «Triunfo», por exemplo.

Por vezes, a lavagem feita com água simples e de boa qualidade atenua-lhes alguns defeitos, como o gosto a terra e o cheiro forte dos azeites crassos.

Tratamento pela magnésia

Se o azeite, embora de boa qualidade, acusar um princípio de rancificação, é preferível recorrer à magnésia calcinada, seguindo-se a este tratamento uma lavagem e filtração, com o fim de, até certo ponto, se contrariar a tendência que os azeites têm de rancificarem novamente. A quantidade de magnésia a empregar depende, evidentemente, do grau de rancificação do azeite: 1 a 3% basta para os que principiam a manifestar aquele defeito.

Junta-se a magnésia ao azeite e agita-se bem durante 15 minutos, repetindo-se esta última operação algumas vezes

(Conclui na pág. n.º 218)

ÊXODO RURAL

3. A fuga dos campos...

— POR —

ALBERTO EDUARDO DE ALARCÃO

Engenheiro agrónomo

(Continuação do n.º 2417, pág. 125)

POR outro lado, segundo o "Year-book of Food and Agricultural" (F. A. O., 1956), a representação da população activa agrícola na população total diminuiu em valores relativos:

	%		%
na Alemanha Ocid.	de 27 em 1939	para 23 em 1950	
na Áustria	» 36 » 1934	» 32 » 1951	
na Bélgica	» 17 » 1930	» 12 » 1947	
na Dinamarca	» 29 » 1940	» 25 » 1950	
na Finlândia	» 57 » 1940	» 39 » 1950	
na França	» 36 » 1936	» 27 » 1954	
na Húngria	» 53 » 1930	» 48 » 1941	
na Islândia	» 57 » 1930	» 44 » 1940	
na Irlanda	» 49 » 1936	» 40 » 1951	
na Itália	» 48 » 1936	» 40 » 1951	
na Holanda	» 21 » 1930	» 19 » 1947	
na Jugoslávia	» 78 » 1931	» 66 » 1953	
na Noruega	» 35 » 1930	» 26 » 1950	
na Suécia	» 33 » 1930	» 20 » 1950	
na Suíça	» 21 » 1930	» 16 » 1950	
na Espanha	» 52 » 1940	» 49 » 1950	
nos Estados Unidos	» 19 » 1940	» 12 » 1950	
no Canadá	» 26 » 1941	» 19 » 1951	
em Costa Rica	» 63 » 1927	» 55 » 1950	
na República Dom.	» 77 » 1935	» 56 » 1950	
na Nicarágua	» 73 » 1940	» 68 » 1950	
na Venezuela	» 50 » 1941	» 41 » 1950	
nas Guianas Britân.	» 51 » 1931	» 46 » 1946	
no Brasil	» 67 » 1940	» 58 » 1950	
no Chile	» 35 » 1940	» 31 » 1952	
no Panamá	» 52 » 1940	» 50 » 1950	
em Porto Rico	» 52 » 1930	» 37 » 1950	
em S. Salvador	» 75 » 1950	» 63 » 1950	
no México	» 65 » 1940	» 58 » 1950	
em Chipre	» 51 » 1931	» 38 » 1946	
nas Filipinas	» 73 » 1939	» 69 » 1950	
no Japão	» 48 » 1930	» 47 » 1950	
na Tailândia	» 89 » 1937	» 85 » 1947	

	%		%
no Egipto	de 71 em 1937	para 65 em 1947	
em Marrocos	» 74 » 1936	» 71 » 1952	
na U. S. Africana	» 64 » 1935	» 53 » 1946	

na Austrália	» 19 » 1933	» 16 » 1947
nas ilhas Hawai	» 31 » 1940	» 16 » 1950
na Nova Zelândia	» 23 » 1936	» 18 » 1951

A Colômbia mantém em 1959 a mesma percentagem de 1938: 72 o/o.

Viram aumentar a representação do sector agrícola.

	%		%
a Alemanha Orient.	de 22 em 1939	para 29 em 1946	
a Checoslováquia	» 37 » 1930	» 38 » 1947	
a Federação Malaia	» 61 » 1931	» 64 » 1947	
a Grécia	» 53 » 1928	» 58 » 1946	
as Honduras Brit.	» 35 » 1931	» 40 » 1946	
a Índia	» 66 » 1931	» 71 » 1951	
a Turquia	» 82 » 1935	» 86 » 1950	

Tentando completar estes elementos com os dados mais recentes que a O.E.C.E. nos faculta ⁽¹⁾, teremos 18,1 o/o na Noruega em 1955; 23,5 o/o na Dinamarca em 1953; 36,7 o/o na Irlanda em 1956; 9,9 o/o na Bélgica em 1956; 24,9 o/o no Luxemburgo em 1954 contra 30,2 em 1955; 36,7 o/o na Itália em 1936; 58,1 o/o na Grécia em 1955; 77,4 o/o na Turquia em 1955 e 13,9 o/o no Canadá em 1955.

Por outro lado, e segundo Colin Clark ⁽²⁾, a população activa agrícola masculina atingiu o seu máximo valor absoluto em França em 1830-34, na Irlanda em 1837, na Áustria em 1859, na Espanha em 1906-10, nos Estados Unidos em 1909, na Alemanha em 1909-13, na Suécia em 1921-25, na Itália, na Bélgica, na Dinamarca, na Finlândia, na Noruega, no Canadá e na Austrália em 1934-38, na Nova Zelândia em 1935-39.

Vemos assim que, por todo o mundo, da Europa à Oceânia como da América à Ásia, o **êxodo agrícola** é um facto, e para aceitarmos esta mobilidade dos nossos trabalhadores agrícolas e dos próprios agricultores para outras formas de actividade económica nos temos de ir preparando desde já.

(1) O. E. C. E. — Obra cit., Quadro I.

(2) Colin Clark — The conditions of economies progress, pp. 259 a 272, Macmillan & Co, 1957, London.

4. Existe êxodo agrícola em Portugal?

Vimos, em artigos anteriores, como o declínio relativo da população activa agrícola é um fenómeno da mesma ordem de grandeza do do declínio do rendimento agrícola em sua comparticipação para o produto (ou rendimento) nacional: as leis que os regem são universais, as poucas excepções confirmam a regra. Mas, enquanto a lei económica que se liberta do processo de uma economia se afirma sòmente em valores relativos, a lei demográfica vai mais longe em suas consequências: os próprios valores absolutos mostram-se em crise, a população activa agrícola diminui.

Iremos neste artigo procurar inserir o Continente português no movimento da transferência profissional das populações agrícolas, êxodo este que, se vem de sempre, só nestes últimos séculos se tem manifestado com suficiente projecção no mundo camponês.

* * *

Desde a formação do reino de Portugal, neste canto do Velho Continente, até fins do século XVII que assistiu, com o Conde da Ericeira, a um breve surto de industrialização do País, ou, mais precisamente, até meados do século XVIII que viu erguer, com o Marquês de Pombal, as primeiras unidades fabris verdadeiramente merecedoras de tal designação, durante todo esse tempo a população ocupada nos trabalhos agrícolas deveria representar entre nós qualquer coisa como 80 % da população activa total.

Não seriam 100 %, pois que mesmo uma estrutura económica aparentemente agrícola na totalidade — e tal poderá ser ainda hoje o caso do Paquistão ou da Tailândia, da Bulgária ou Roménia, da Nigéria ou das Honduras, como entre nós o pode ser também o caso dos distritos de Vila Real e Bragança, de Beja ou de Viseu — comporta sempre actividades artesanais e alguns «serviços», dispersos por todo o espaço económico sem dúvida, mas mais fortemente con-

centrados nos aglomerados urbanos que mal se esboçam. Tratar-se-ia assim de uma sociedade caracterizada por um viver eminentemente rural e que, debruçada em seu trabalho sobre a Terra, aí ia buscar as fontes quase exclusivas do seu viver, aí encontrava o seu ganha-pão. Nessa economia predominantemente agrícola, mas de uma agricultura que alguém chamou de «subsistência», «o essencial da actividade humana era consagrado a obter de uma terra ingrata (ou, o que significa o mesmo, sobre povoada, tendo em conta as possibilidades técnicas) uma alimentação geralmente insuficiente» (24), uma alimentação que tantas vezes não bastava para calar a fome dos seus habitantes.

Porém, a contribuição do sector para o rendimento nacional, a confirmar-se entre nós um facto que se tem por geral, deveria ficar bastante aquém dessa percentagem — para que se faça ideia da sua ordem de grandeza talvez à volta dos seus 60 % — como se os trabalhadores não agrícolas tivessem artes para se adiantarem aos «agricultores» e na partilha do bolo — o rendimento nacional — lograssem alcançar uma fatia mais que proporcional à parte que representavam, em número, na população.

Ainda hoje, se fizermos o quociente entre a parte da população activa que diz respeito ao sector agrícola e a parcela que do rendimento nacional ao mesmo sector se pode imputar, expressas ambas em percentagens dos respectivos totais, veremos que os valores se situam quase por todo o mundo entre 0,55 e 0,80, documentando bem a crónica inferioridade do rendimento agrícola por pessoa em relação àquele que, em média, vem a caber aos restantes profissionais da nação. E pretende-se encontrar justificação social para tal facto, apontando um mais baixo custo de vida no sector rural da nação face ao mundo urbano, o que, se não deixa de corresponder como regra à realidade, nos esconde muitas vezes, outro lado, o baixo teor de vida das populações agrícolas, como se estas devessem permanecer elementarmente insatisfeitas em suas necessidades, ou eternamente atrasadas em suas aspirações; por outras palavras, era como se

o trabalhador agrícola devesse permanecer para todo o sempre o «servo da gleba» que foi durante séculos, amarrado às suas grilhetas, sentimentalmente apegado às tradições; e o «camponês», esse, tivesse de ser para sempre uma constante da História.

E, porque nos parece exactamente residir na disparidade dos rendimentos médios individuais entre os distintos sectores das actividades económicas, um dos factores potenciais capazes de levar de vencida a inércia das estruturas económicas adquiridas, nós julgamos encontrar na aspiração generalizada a um melhor nível de vida — a um nível de vida idêntico ao dos sectores mais favorecidos —

desde sempre vinham mantendo de geração em geração.

Permitem-nos os censos de 1940 e de 1950, com as suas 470 e 322 rubricas, respectivamente, levar a efeito um estudo profundo da estrutura profissional da população portuguesa.

Com base em elementos desses censos e procedendo à repartição proporcional dos abrangidos em «outras condições profissionais», pode estabelecer-se a estrutura profissional da população do Continente à data dos dois últimos recenseamentos:

Grandes divisões profissionais	1940		1950		N.ºs-índices
	Valores absolutos	%	Valores absolutos	%	
Profissões da agricultura, silvicultura e pecuária . . .	1.400.762	51,00	1.441.803	47,99	103
Profissões da pesca	21.499	0,78	27.570	0,92	128
Profissões das indústrias extractivas	11.870	0,43	14.367	0,48	121
Sector primário	1.434.131	52,21	1.483.740	49,39	103
Profissões das indústrias transformadoras	496.759	18,09	587.277	19,54	118
Profissões da construção e obras públicas	100.856	3,67	127.229	4,23	126
Sector secundário	597.615	21,76	714.506	23,77	120
Profissões dos transportes e comunicações	88.621	3,23	104.972	3,49	118
Profissões de carácter intelectual e direcção	39.675	1,44	42.996	1,43	108
Profissões relativas ao comércio ou à condução, fiscalização e execução de serviços	289.253	10,53	364.325	12,12	126
Profissões relativas a serviços oficiais e outras	297.410	10,83	294.571	9,80	99
Sector terciário	714.959	26,03	806.864	26,84	113
População activa total	2.746.705	100,00	3.005.110	100,00	109

uma das mais potentes molas a impulsionar a Revolução Industrial, mal ela se começou afirmando.

Com o «choque industrial», uma autêntica revolução se começou operando nas estruturas económicas e demográficas das nações: a agricultura que até então fora a actividade económica verdadeiramente essencial de todos os povos, vê-se suplantada pelas actividades industriais no produto nacional; e, abalada a civilização agrária em seus alicerces mais profundos, aos rurais só lhes resta quebrar a transmissão de uma herança profissional que

Procedendo à análise dos valores absolutos vê-se que somente as profissões relativas a serviços pessoais e outros acusam diminuição, aliás ligeira, dos seus quantitativos profissionais; todas as demais rubricas acusam um saldo positivo, maior ou menor, consoante se aproveitaram mais ou menos da variação global da população activa, que interessou no referido decénio 258 mil profissionais.

Assim, e só assim, se compreende que a agricultura, silvicultura e pecuária — influenciando pelo seu peso a representação do sector primário — ainda que

denotando um acréscimo de 41 mil profissionais, acuse uma quebra percentual em relação à população activa total do Continente: passou de 51 o/o para 48 o/o a representação do sector agrícola, diminui de 52,2 para 49,4 a percentagem correspondente ao sector primário e é esta diminuição relativa o primeiro facto imposto à nossa análise.

Cientes já de um passado recente, procurámos olhar mais para trás em ordem a definir a evolução definitiva pela representação do sector agrícola do Continente e eliminadas as mulheres — cujo critério de classificação como activas variou notavelmente de censo para censo nos primeiros tempos — pudemos assim determinar o peso da população masculina empregue nos «trabalhos agrícolas», em relação à população activa masculina total:

Em 1890.	65,7 o/o
» 1900.	65,0 »
» 1911.	60,3 »
» 1930.	58,4 »
» 1940.	58,5 »
» 1950.	52,1 »

E sendo de esperar, ainda, que pequem mais por defeito do que por excesso, nos primeiros tempos, estas percentagens, podemos portanto concluir que também entre nós o **êxodo agrícola** é um facto que vem interessando os valores relativos... que os outros, os absolutos, esses, ainda continuam aumentando.

Nota-se porém, já, no sector agrícola, uma saturação profissional; fala-se de que o mundo camponês pouca gente mais poderá vir a empregar; refere-se mesmo um subemprego da sua força produtiva — e ninguém o pode pôr em causa — ou, até, de um desemprego declarado, periodicamente repetido nalgumas regiões do País. E porque se impõe, como necessidade imperiosa, a elevação da produtividade do trabalhador agrícola, será pois de esperar que muito em breve se comece verificando, de igual modo, a diminuição dos próprios valores absolutos da população activa agrícola portuguesa, à semelhança, como vimos, do que vem sucedendo em todos os povos civilizados do mundo.

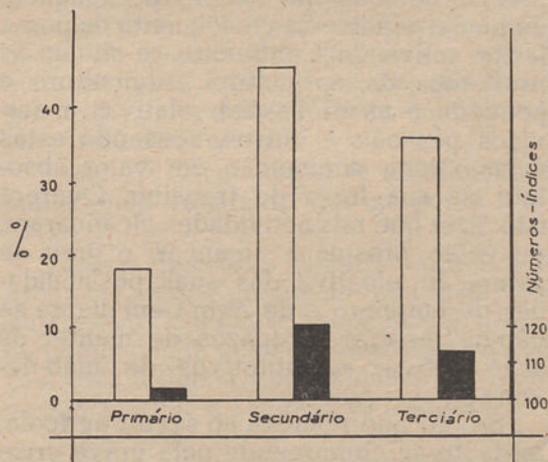
Não tenhamos, porém, pressa de que os nossos rurais abandonem maciçamente os campos, criemos antes condições de trabalho socialmente dignas e economicamente úteis para a comunidade lusitana e então chamêmo-los que eles virão... pois, diga-se em abono da verdade, vontade não lhes falta para partir.

Como já vimos, portanto, o **êxodo agrícola** de há muito se começou a fazer sentir em nossos campos, como bem o documentará ainda, a seu tempo, o crescimento da população das cidades em relação ao das vilas e aldeias; limitar-nos-emos, por agora, a procurar conhecer o sentido da mobilidade profissional que as considerações anteriormente expostas nos deixam adivinhar.

. . .

Dos 258.405 novos profissionais que ao mercado de trabalho se ofereceram entre os censos de 1940 e de 1950 no Continente, 45 o/o dirigiram-se para as actividades industriais, 36 o/o para o sector dos serviços e ainda 19 o/o se tiveram de encaixar (não se sabe bem como...) no sector primário das actividades económicas.

Determinando os quocientes entre os valores corrigidos da população activa em 1950 e em 1940, ficam assim corres-



pondendo aos sectores primário, secundário e terciário números-índices de crescimento, respectivamente, de 105, 120 e 113, e à população activa total o

número-índice 109. Desde logo se impõe, como conclusão, que a população do Continente, em sua evolução demoprofissional, mostra tendência a encaminhar-se no sentido das actividades secundárias a que vai sendo chamada — e só é de desejar que se acentue tal tendência — pelo surto de industrialização para que o País parece querer despertar.

Passando à análise das grandes divisões profissionais consideradas já anteriormente, e ordenados em escala descendente os valores corrigidos dos números-índices, temos para as

	N.ºs-índices
Profissões da pesca	128
Profissões relativas ao comércio ou à condução, fiscalização e execução de serviços	126
Profissões da construção e obras públicas	126
Profissões das indústrias extractivas	121
Profissões dos transportes e comunicações	118
Profissões das indústrias transformadoras	118
Profissões de carácter intelectual e de direcção	108
Profissões da agricultura, silvicultura e pecuária	103
Profissões relativas a serviços pessoais e outros	99

Se nos acusam bons ritmos de crescimento — superiores a 2,5 o/o ao ano — as profissões das três primeiras rubricas, também vemos que, muito para aquém do número-índice de crescimento da população activa do Continente se situam as profissões da agricultura, silvicultura e pecuária e as profissões relativas a serviços pessoais e outros, acusando estas mesmo uma diminuição em valor absoluto da sua força de trabalho. Querera isto dizer que tais actividades alcançaram, ou estão prestes a alcançar, o grau de saturação efectiva das suas possibilidades de emprego e de agora em diante se não-de mostrar incapazes de manter os seus actuais quantitativos de mão-de-obra?

Se, no que respeita ao sector agrícola, tal facto se compreende pela grave crise de crescimento que vem atingindo esta actividade tão desamparada dos favores da politica económica, mostrando-se como tal incapaz de remunerar, condigna e justamente, o factor Trabalho — e até em

vastas zonas do País o factor Capital —, poderá parecer à primeira vista um pouco estranho que um sector dos «serviços» se mostre em crise num mundo que caminha a passos largos para a «civilização terciária» que há-de ser, mau grado o que se possa dizer em contrário, a civilização do futuro...

Mas isso, que tem explicação, não nos irá interessar.

Pode sim, e deve dizer-se, que, se apesar do **êxodo agrícola**, a capitação dos rendimentos no sector agrícola da Nação permanece crónicamente inferior à dos restantes sectores da actividade económica como muito em breve veremos, é porque o ritmo dessa mobilidade profissional é demasiado lento e a agricultura se não consegue adaptar aos ritmos de evolução do mundo contemporâneo.

(Continua).

Como valorizar os azeites

(Conclusão da pág. 215)

durante o dia e pelo período de uma semana. No fim daquele tempo adiciona-se ao azeite água fria, aproximadamente um terço do seu volume, espargindo-a sobre o óleo, e conduz-se a operação de sorte a fazer contactar, o mais possível, a água com o azeite e a magnésia, de molde a lograr-se mais facilmente a separação e a precipitação daquele último produto.

Depois de um repouso de duas a três horas, faz-se sair a água pela torneira de descarga, situada no fundo da vasilha, que arrasta a magnésia depositada. Esta operação repete-se umas quatro ou cinco vezes, podendo-se, nas duas últimas, agitar a água com o azeite, a fim de o lavar melhor de alguma magnésia que ainda contenha. Por fim, deixa-se repousar o azeite durante vinte e quatro horas, depois segue para o lavador e seguidamente para o filtro.

Se o azeite, depois de tratado por qualquer dos métodos descritos, denunciar ainda alguma ponta de cheiro desagradável, deve recorrer-se, antes da filtração, aos carvões activados, deixando-o depois depositar e filtrando-o mais tarde.

NOVOS RUMOS DA OLIVICULTURA

Pelo eng. agrónomo MADEIRA LOBO

A olivicultura tradicional — já não falo na rotineira que ainda impera em grande parte das nossas regiões olivícolas — está em crise, havendo necessidade de se procurarem novos rumos, novos processos de cultura, que absorvam menos mão-de-obra, cada vez mais difícil de obter, cada vez mais cara, e ao mesmo tempo intensificar-se obtendo-se maiores produções unitárias.

Infelizmente, em Portugal, a cultura da oliveira é ainda muito mal feita, usando-se processos rotineiros e pouco racionais de cultura.

À oliveira, eterna sacrificada, nada se dá, tudo se tira.

Os olivais são sujeitos a culturas esgotantes que, além de tirarem do terreno os poucos princípios fertilizantes aí existentes, exigem ainda lavouras profundas que destroem o seu sistema radicular, obrigando a oliveira a procurar estratos de terreno mais profundos, portanto com menos condições de vida.

Assim, no andar superior, espalham-se as raízes dos cereais e das outras culturas intercalares; nos inferiores, menos meteorizados, arejados e pobres, as da oliveira. E, quando estas tentam subir, vem nova lavoura que as destrói, obrigando-as a retirarem-se para os locais menos próprios.

Outras vezes deixam-se sem culturas, mas entregues à vegetação espontânea, primeiro a flora herbácea, depois, os matos.

A poda é também descuidada; em vez da poda anual, sempre e naturalmente muito benévola, podam de longe em longe, nos anos de safra, quando a oliveira se mostra enfraquecida, havendo necessidade, para a rejuvenescer, de a podar mais intensamente.

Outras vezes empregam-se sistemas de poda absolutamente condenáveis, como a poda à espanhola, a taça baixa, etc.

Em algumas regiões conta-se com a lenha da poda para a satisfação das necessidades domésticas. Há ainda olivais que são podados pela lenha, isto é, os podadores em vez de receberem um salário, ficam com a lenha da poda!!!

Finalmente, a colheita é ainda feita em muitas regiões pelo condenável processo do varejo que destrói os ramos mais tenros e mais novos, os que iriam produzir, obrigando-se desta maneira a oliveira a ser aneira.

Este quadro negro é infelizmente muito mais vulgar do que se possa imaginar.

Apesar de tudo a oliveira continua a produzir, menos precocemente, mais irregularmente, mas vai dando; porém, dadas as novas condições económicas, essa cultura está a deixar de ser lucrativa, o que obriga a rever o sistema de cultura.

E difícil a situação da olivicultura, tendo-se em vista o preço de custo extraordinariamente caro, e o de venda barato, mercê da concorrência de outros óleos vegetais e de outras gorduras, o que

impõe um exame ordenado dos processos tradicionais da cultura.

O consumo de manteigas e sobretudo de margarinas está também a ser cada vez mais divulgado, tudo em prejuízo do azeite que, apesar de tantas vicissitudes, continua a ser a gordura preferida.

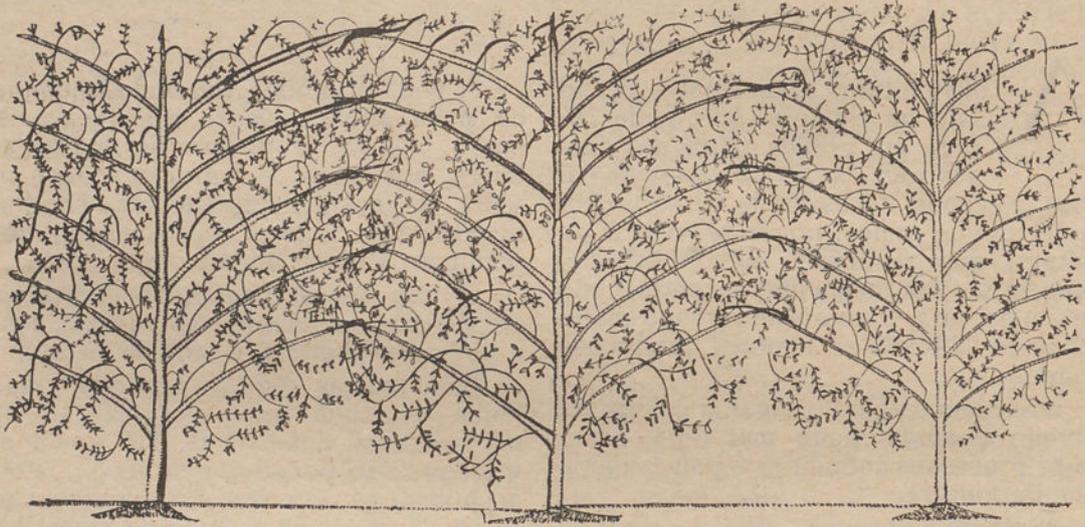
Dado que estamos ainda no período de plantações, tornam-se oportunas as considerações que estamos fazendo, tendo-se em vista o esclarecimento e orientação daqueles que desejam fazer plantações, as quais devem ser estabelecidas

forma a dar à copa, mas mais o porte, inclinando-se os modernos tratadistas para as formas de pequena e média expansão vegetativa.

As oliveiras altas, de grande copa, estão condenadas, dada a dificuldade de cultura e de colheita.

A moderna orientação inclina-se pois para as formas baixas e de pequena ou média expansão, livres ou semi-livres.

Pretendem-se formas simples, facilmente controláveis, nas quais se facilite uma frutificação precoce. Devem ainda



Esquema dum bardo de oliveiras ligadas umas às outras, sem tutores

segundo normas diferentes das tradicionais, o que trataremos seguidamente.

Interessa um método de cultura que permita uma maior intensificação cultural, uma produção mais constante e precoce, e uma plantação orientada de forma a permitir-se a mecanização, tudo isto tendo em vista um custo mais baixo da produção.

As investigações no campo da fruticultura em geral e da olivicultura em particular têm permitido melhorar os processos de cultura.

Interessa, portanto, estudar as formas que melhor satisfaçam aos requisitos enunciados, aproveitando-se esses ensinamentos obtidos.

O que mais se discute não é tanto a

permitir uma fácil mecanização da cultura, especialmente uma apanha mais fácil, operação tão onerosa que, por si só, em algumas regiões, quase que torna anti-económica esta cultura, os tratamentos das pragas e doenças, melhoramento da qualidade e baixa do preço do custo.

Vamos referir duas formas que satisfazem aos requisitos indicados, e que actualmente estão a ser divulgadas, com certas modificações, adaptadas quer às espécies, quer ao meio em que se faz a cultura, em muitas regiões olivícolas e frutícolas de Itália, França e Espanha.

Bardo largo.

À falta de termo mais apropriado, damos-lhe esta designação.



Um bardo de oliveiras — Itália

Consta dum bardo com ramos diversamente inclinados, prolongando-se no sentido da linha até encontrarem os ramos das plantadas contíguas, e com o desenvolvimento limitado para a entrelinha, constituindo desta forma um cordão volumoso.

Pode ser constituído por uma sucessão de ramos em V, com larga abertura em relação ao eixo.

O compasso das plantas na linha será apenas de 3,5 a 4 metros, e as linhas devem distanciar-se de 4 a 5,5 metros. Achamos mesmo mais aconselhável, sobretudo agora que não temos ainda porta-enxertos ananizantes, espaçar mais as entrelinhas, indo para os 6 metros.

Estes compassos devem variar com as condições ambientais em que se vai fazer a cultura-porta-enxerto, quando os houver, variedades cultivadas, técnica cultural, terreno, clima, etc.

Os cuidados com a plantação são os comuns aos requeridos pelas plantas sempre verdes.

Estas formas seriam mais facilmente mantidas se se dispusesse de porta-enxertos ananizantes que reduzissem o porte das oliveiras.

Tem-se trabalhado, em diversos países, na obtenção dum porta-enxerto que satis-

faça a estas condições, não se tendo até agora conseguido.

Há pois necessidade de se trabalhar com as nossas variedades, obtidas de estaca, portanto sobre as suas próprias raízes, consequentemente com indivíduos com maior expansão vegetativa da que seria para desejar.

Em Itália e em Espanha têm-se aproveitado para esta forma as suas variedades cultivadas, o que nos leva a considerar para este fim as nossas, sobretudo as de menor porte.

Estas variedades exigirão cuidados maiores para se manterem dentro da forma preconizada, pois falta-lhe o porta-enxerto para reduzir a sua expansão.

Nestas formas a redução da vegetação consegue-se através de empas e de curvaturas dos ramos mais propensos à produção de madeira, nomeadamente os ladrões, a incisão anelar, de forma a facilitar a diferenciação dos gomos florais, o favorecer-se o desenvolvimento de novos rebentos nas proximidades dos ramos guias, de forma a manter-se o conjunto bem revestido de rama frutífera.

Dado que a produção de madeira varia inversamente com a produção de fruto, se, pelas empas e curvaturas, forçamos a produção, implicitamente reduzimos a vegetação, mantendo as oliveiras dentro do espaço que a forma lhes permite.

Esta forma exige uma técnica simples de manutenção, como veremos mais adiante, o que facilita o trabalho.

A mecanização é facilitada ao máximo, pois as árvores dispõem-se em linhas que permitem a passagem de tractores, motocultivadores, etc.

A apanha é fácil, pois o conjunto nunca se deixa crescer muito, o que permite que grande parte se faça do chão e à mão.

Consegue-se ainda uma frutificação mais precoce e um melhoramento da qualidade e tamanho, pelo que estas formas estão naturalmente indicadas para a produção de azeitona de conserva, uma das nossas tradicionais exportações, com as quais se conta no II Plano de Fomento.

Seguidamente, indicar-se-á a poda de formação destas formas e a maneira de as conduzir.

Aspectos da motorização da agricultura em França

Por
FRANCISCO DE MENDONÇA
eng. agrónomo

1—O Centro Nacional de Estudos e de Experimentação de Máquinas Agrícolas Francês realizou um interessante inquérito sobre a utilização dos tractores agrícolas, questionário que enviou directamente aos 1.012 lavradores que constituíam naquela data a rede de correspondentes do C.N.E.E.M.A. no território metropolitano da França.

Dos empresários inquiridos, o Centro recebeu 646 respostas e com os elementos assim obtidos elaborou depois um completíssimo relatório que publicou em 1959 no seu boletim «Etudes».

Através da leitura dum trabalho tão minucioso pudemos, na realidade, conhecer aspectos interessantes do estado em que se encontra a motorização da lavoura francesa, uma vez que até ao presente momento não tivemos ainda a oportunidade de contactar directamente com a lavoura daquele país. O mesmo terá certamente sucedido com a maioria dos leitores desta revista, e esse facto levou-nos a transcrever alguns dos números obtidos no inquérito a que nos estamos referindo e a fazer também umas tantas considerações, apesar dos quadros que inserimos serem bastante elucidativos.

A interpretação dos elementos reunidos dizem respeito a 646 empresas agrícolas mas, como é natural, muitos dos boletins não continham as respostas à totalidade das perguntas. Consequentemente, por exemplo, resultou não aparecerem os números de tractores ou de explorações, sempre com os mesmos valores nos quadros que apresentamos.

O parque de tractores das explorações abrangidas neste inquérito era de 1.255 unidades, salientando-se na introdução do trabalho que os correspondentes do C.N.E.E.M.A. possuem geralmente empresas evoluídas e muito motorizadas e constituem por seu turno uma amostra bastante completa dos diferentes tipos de explorações agrícolas do território francês.

Queremos ainda dizer que o pormenor a que se desce na análise das consultas obtidas é na verdade impressionante, não pretendendo nós, portanto, abordar todos os aspectos tratados. Nesta ocasião limitar-nos-emos a compilar aqueles elementos em que a motorização é posta em confronto com a área das empresas agrícolas.

2—Neste trabalho, aliás muitíssimo bem delineado, não encontramos todavia

QUADRO I

Superfície das explorações	N.º de explorações	%
de 0,70 a 15 ha	68	10,8
de 16 a 30 »	138	22,0
de 31 a 50 »	128	20,4
de 51 a 100 »	134	21,4
de 101 a 200 »	124	19,7
acima de 200 »	36	5,7

a discriminação do número de prédios que constituem cada uma das explorações

a que o inquérito se refere, nem mesmo nos indica qual o número total dos prédios rústicos abrangidos, nem diz tão-pouco, com aquele pormenor que desejaríamos, quais são as áreas das parcelas, de forma que nos permitisse salientar aspectos certamente interessantes e possivelmente até desconhecidos para muitos acerca da agricultura francesa, que de modo algum poderão classificar de pouco mecanizada e atrasada. É que hoje chegou-se a um ponto tal entre nós que se

derar suficientes para um trabalho sobre equipamento mecânico.

Além disso, também se depara com uma lista contendo 57 «départements» dos 62 onde existiam correspondentes do C.N.E.E.M.A. sendo então aqueles agrupados segundo 9 alíneas que definem por sua vez outros tantos limites dos tamanhos médios das parcelas.

As maiores, cuja superfície oscila entre 15 e 20 ha predominam em Sain-et-Marn. O segundo grupo, constituído por



Superfície média das parcelas segundo a maioria das respostas:

de 15 a 20 ha * *
de 5 a 10 ha × ×
de 2 a 10 ha + +

de 2 a 5 ha ○ ○
de 1,2 a 5 ha ● ●
de 1,2 a 2 ha = =

de 0,8 a 2 ha <<
de 0,3 a 0,8 ha <<<
infer. a 0,8 ha <<<<

aponta a defeituosa estrutura da propriedade rústica como sendo a culpada do nosso atraso e até da nossa pobreza; e a tão ambicionada remodelação daquela surge para muitos como panaceia para todos os males. Estes porém são muitos e tantos são que ultrapassam as fronteiras do nosso agro. Mas deixemos estas considerações e retomemos o fio da conversa, ou, melhor, do relatório.

A respeito da estrutura da propriedade dos correspondentes do C. N. E. E. M. A. temos, no entanto, os valores que constituem o Quadro I, e que se podem consi-

derar parcelas de 5 a 10 ha encontram-se no Aisne.

Os outros agrupamentos estabelecem-se entre os limites seguintes: de 2 a 10 ha; de 2 a 5 ha; de 1,2 a 5 ha; de 2,1 a 2 ha; de 0,8 a 2 ha; de 0,3 a 0,8 ha e, por último, um outro com os prédios de área inferior a 0,3 ha e que tem representação significativa em Savoie.

Para melhor esclarecimento incluiremos um pequeno mapa de França onde se indicam os «départements» abrangidos.

O Quadro I abrangendo 628 explorações das 646 respostas recebidas apre-

senta-as distribuídas segundo os tamanhos achados convenientes pelos autores do relatório.

Daqui pode concluir-se que 83,5 % das explorações em causa têm áreas compreendidas entre 16 e 200 ha e aparecem praticamente com a mesma frequência as empresas do 2.º, 3.º, 4.º e 5.º grupos.

Mediante as respostas, concluíram ainda os autores deste relatório que a superfície média das explorações agrícolas abrangidas pelo inquérito é de 78 ha.

Sabendo-se de antemão que a superfície média das empresas agrícolas francesas se situa à volta dos 20 ha, não há dúvida que o valor médio encontrado neste grupo de explorações é, portanto, relativamente elevado, e favorece consequentemente a motorização, apesar da fragmentação que se antevê pelos limites estabelecidos para as áreas médias dos prédios.

3—Apreciemos agora através do Quadro II como é que os 1.212 tractores, que foi possível agrupar para este efeito, se distribuem de acordo com o tamanho das explorações.

Destes números podem realmente tirar-se estas duas conclusões interessantes:

Que 50 % do parque de tractores, de que vimos tratando, pertencem às explorações com áreas compreendidas entre 51 e 200 ha.

QUADRO II

Superfície das explorações	N.º de tractores	% em relação ao total	N.º de tractores por exploração
inferior a 15 ha . . .	69	5,7	1,01
de 16 a 30 » . . .	172	14,2	1,25
de 31 a 50 » . . .	184	15,2	1,44
de 51 a 100 » . . .	284	20,4	1,85
de 101 a 200 » . . .	363	30,0	2,93
acima de 200 » . . .	176	14,5	4,90

Que o equipamento dos lavradores inquiridos é em média de um tractor por cada 40 ha.

4—Outro aspecto focado neste trabalho é o da relação existente entre a potência dos tractores e a superfície das explorações dos correspondentes do C. N. F. E. M. A.

Os valores obtidos apresentam-se em seguida no Quadro III, estabelecendo-se a distinção entre tractores únicos na exploração e dois ou mais, ao que correspondem cada uma das duas colunas abrangidas pelas 5 classes de tractores considerados.

Deste quadro podem tirar-se as seguintes conclusões:

— Os tractores com potência inferior a 20 cv surgem com frequência nas explorações equipadas com uma só unidade e com área que vai até 30 ha, ou então

QUADRO III

Superfície das explorações	POTÊNCIA DOS TRACTORES									
	inferior a 20 cv		de 20 a 28 cv		de 29 a 35 cv		de 36 a 45 cv		superior a 45 cv	
	1 tract. por exploração	2 ou mais tractores por exploração	1 tract. por exploração	2 ou mais tractores por exploração	1 tract. por exploração	2 ou mais tractores por exploração	1 tract. por exploração	2 ou mais tractores por exploração	1 tract. por exploração	2 ou mais tractores por exploração
inferior a 15 ha . . .	18	2	26	7	8	1	1	3	0	0
de 16 a 30 » . . .	20	22	52	18	30	12	1	8	3	3
de 31 a 50 » . . .	8	21	46	39	25	25	2	11	0	5
de 51 a 100 » . . .	4	14	21	77	15	39	9	52	1	9
de 101 a 200 » . . .	1	21	4	113	2	74	6	89	0	38
superior a 200 » . . .	0	9	0	49	1	31	0	55	0	37

naquelas que possuem mais de 1 tractor e com superficie compreendida entre 16 e 200 ha.

— Os tractores com potência de 20 a 28 cv, só aparecem nas explorações de



Tractor Renault « Diesel » de 16 cv, equipado com uma charrua de 2 ferros e gadanheira.

área inferior a 101 ha quando únicos, e nas empresas com mais de 30 ha, se há, pelo menos, duas unidades tractores.

— Os tractores de 29 a 35 cv de potência, se isolados, só têm representação nas explorações com superficie inferior a 101 ha e superior a 16 ha. Mas quando há mais de um tractor pode dizer-se que são frequentes nas empresas com área superior a 30 h.

— Os tractores de 36 a 45 cv só são empregados pelos correspondentes do C. N. E. E. M. A. em explorações com áreas superiores a 51 ha e quase sempre com outra unidade de tracção mecânica, não havendo portanto tractores isolados dentro desta categoria de potência.

— Os tractores mais usados por estes empresários são os de 20 a 28 cv de potência, com 452 unidades, seguindo-se os de 29 a 35 cv, com 263 tractores e depois os de 36 a 45 cv com 237 unidades, estando portanto incluídos nestas três classes cerca de 80 o/o do número total abrangido pelo inquérito.

— Os tractores isolados predominam nas explorações de 16 a 30 ha de superficie, os quais detêm 106 unidades deste género, diminuindo depois sucessivamente para 81, 50 13, e 1 unidade, consoante vai aumentando a área dos mesmos.

— Os tractores não isolados atingem sempre o maior valor dentro de cada classe de potências estabelecidas, sendo o mais baixo nos tractores de 1.ª categoria com cerca de 64 o/o e o mais elevado na última com cerca de 96 o/o.

— Nas explorações com área superior a 51 ha há uma forte predominância das que possuem dois ou mais tractores.

5 — Por meio deste inquérito também se procurou estabelecer uma relação entre o combustível usado nos tractores e a área das empresas onde trabalham.

Relativamente a um total de 1.213 tractores, os resultados puderam resumir-se no Quadro IV da maneira como se segue:

QUADRO IV

Superficie das explorações	Combustível			Totais parciais
	Gazóleo	Gasolina	Petróleo	
inferior a 15 ha . . .	33	27	4	64
de 16 a 30 » . . .	95	67	9	171
de 31 a 50 » . . .	119	46	18	183
de 51 a 100 » . . .	181	55	16	252
de 101 a 200 » . . .	273	56	25	354
superior a 200 » . . .	153	12	24	189
Totais gerais	854	263	96	1.213

Quer dizer que 70 o/o dos tractores deste parque possuem motor Diesel ou semi-Diesel, 22 o/o usam a gasolina e apenas 8 o/o o petróleo.

Apesar dos preços médios da gasolina e do gasóleo, serem, respectivamente, de 54 Frs. e de 20 Frs. na altura em que se realizou o inquérito, há sem dúvida



Uma criança de pouco mais de oito anos conduz com toda a facilidade, e em pleno campo, um tractor.

uma elevada quantidade de tractores a gasolina. Note-se porém que a maior percentagem e com um valor de 42 o/o, surge precisamente nas empresas com áreas inferiores a 15 ha, naturalmente aquelas em que os empresários disporão de menores capitais para adquirirem um tractor «Diesel», sempre mais caro e, além disso, sem possibilidades duma utilização intensa.

Os autores do relatório atribuem, no entanto, a elevada percentagem de tractores com motor a gasolina ao desconhecimento do número de horas de trabalho anuais acima dos quais é compensador o tractor «Diesel». Há 3 ou 4 anos, diz-se neste relatório, o limite situava-se à volta das 900 horas, mas estudos mais recentes mostram que um tractor «Diesel» de 15 cv é de aconselhar a partir duma utilização anual de 250 ou 300 horas.

Relativamente ao tamanho das explorações, a maior percentagem dos 263 tractores a gasolina pertence, como já se disse, ao primeiro grupo, diminuindo depois progressivamente para 39 o/o, 25 o/o, 22 o/o, 16 o/o e 6,3 o/o, conforme vão aumentando as superfícies das empresas.

Por seu turno, passa-se precisamente o contrário com os tractores «Diesel».

As percentagens destes vão subindo sucessivamente de 51,5 o/o para 55,5 o/o, 65 o/o, 72 o/o, 77 o/o e 81 o/o, à medida que as explorações vão crescendo.

Quanto aos tractores a petróleo, não se encontra uma relação entre o seu emprego e a área das empresas. A percentagem relativa mais elevada (12,7 o/o) apareceu nas explorações maiores, e no relatório atribui-se essa circunstância ao facto destes empresários terem sido os primeiros a motorizarem as explorações, o que decorreu logo após a última guerra, época em que a quase totalidade dos tractores existentes no mercado francês eram de origem americana e importados através do «Plano Marshall».

6 — Ainda se encontra neste relatório um quadro que põe a área das explorações agrícolas dos correspondentes do C. N. E. E. M. A. em confronto com o estado do tractor no acto de aquisição, ou seja, se era novo ou usado, quando entrou em funcionamento na empresa a que pertencia na data do inquérito.

QUADRO V

	Tractores novos	Tractores usados	Totais parciais
inferior a 15 ha . . .	56	6	62
de 16 a 30 » . . .	155	16	171
de 31 a 50 » . . .	158	20	178
de 51 a 100 » . . .	226	26	252
de 101 a 200 » . . .	311	45	346
superior a 200 » . . .	138	26	164
Totais gerais	1.034	139	1.173

Dos 1.173 tractores que puderam ser agrupados nestas duas categorias, 88 o/o pertencem à primeira e 12 o/o à segunda. Mas se determinarmos as percentagens dos tractores usados para cada uma das 6 classes de explorações e pela ordem indicada, encontramos os seguintes valores: 10 o/o, 9 o/o, 11 o/o, 10 o/o, 13 o/o e 16 o/o.

Em boa verdade, isto quer dizer, pelo menos no respeitante ao parque de tractores dos correspondentes do C.N.E.E.M.A., que os tractores usados são igualmente procurados pelos empresários das grandes ou das pequenas explorações. No entanto, as percentagens achadas parecem revelar uma utilização mais frequente de tractores usados nas empresas de maior superfície, e isso talvez se pudesse justificar por serem também as que detêm um número mais elevado de duas ou três unidades tractoras.

7—Para terminar estas considerações, apresentamos seguidamente os resultados obtidos no inquérito acerca do número de horas de trabalho anuais dos tractores pertencentes a este parque.

O assunto tem, de facto, muito interesse por ser um ponto sempre discutido, cá e além-fronteiras, quando se estuda, por exemplo, a rentabilidade do material agrícola.

No Quadro VI põe-se em confronto a média do número de horas de trabalho dos tractores em questão com as superfícies das explorações agrícolas a que pertencem.

Desta forma verifica-se imediatamente que o tempo de trabalho varia directamente com a superfície das explorações o que aliás, era já de esperar, mas não de uma forma tão evidente.

Por sua vez, obtém-se ainda, relativamente a um parque de 1.091 tractores, que o valor médio das horas de trabalho fôra em 1957 de 890 horas, salientando-se, todavia, no relatório, que consideram este valor exagerado em virtude dos agricultores que possuem tractores sem conta-horas terem normalmente tendência para fazer esta estimativa por excesso.

Os valores extremos situam-se entre 60 h e 3.900 h anuais, havendo 7 tractores que funcionaram menos de 100 horas e 116 com mais de 1.500 horas, o que mais concretamente se vê por meio do

Quadro VII onde nós resumimos os valores que constam num dos anexos do relatório.

Com base nestes resultados do inqué-

QUADRO VI

Superfície das explorações ha	Número de tractores	Média das horas de trabalho
inferior a 15 ha . . .	54	560
de 16 a 30 » . . .	150	650
de 31 a 50 » . . .	159	760
de 51 a 100 » . . .	236	880
de 101 a 200 » . . .	316	1.010
superior a 200 » . . .	176	1.120

rito e admitindo a hipótese de que o limite da rentabilidade de tracção mecânica em França se situa entre 500 e 600 horas de trabalho anuais, verifica-se que

QUADRO VII

Horas de trabalho por ano	Número de tractores	Horas de trabalho por ano	Número de tractores
inferior a 100 . .	7	de 801 a 900 . .	78
de 100 a 200 . .	36	de 901 a 1.000 . .	107
de 201 a 300 . .	45	de 1.001 a 1.100 . .	59
de 301 a 400 . .	61	de 1.101 a 1.200 . .	102
de 401 a 500 . .	83	de 1.201 a 1.300 . .	42
de 501 a 600 . .	92	de 1.301 a 1.400 . .	23
de 601 a 700 . .	84	de 1.401 a 1.500 . .	60
de 701 a 800 . .	96	superior a 1.500 . .	116

a motorização das explorações com áreas inferiores a 15 ha tem um interesse económico discutível.

Consequentemente, concluem também os autores do relatório que cerca de 30 % dos tractores deste parque estão a funcionar em condições de sub-emprego e que 54 %, em virtude de terem uma utilização média anual que oscila entre 600 e 1.400 horas, a sua rentabilidade não oferece portanto quaisquer dúvidas.

Mais uma vez o problema do Burgo nos montados

PELO PROFESSOR
C. M. BAETA NEVES

QUANDO em relação a um qualquer problema técnico há mais do que uma solução possível, ninguém se pode surpreender com as divergências de opiniões que possam surgir entre quantos se dedicam ao seu estudo.

E nem mesmo é fácil, muitas vezes, concluir quem tem razão, perante o entusiasmo e argumentação com que cada um defende o seu ponto de vista. O tempo é que, quase sempre, se encarrega de desfazer o empate, acabando por demonstrar de que lado estava verdadeiramente a razão.

No caso do Burgo dos montados (*Tortrix viridana* L.), como no caso da Lagarta do sobreiro (*Lymantria dispar* L.) e da *Malacosoma neustria* L., essa divergência de opiniões surgiu logo no início dos trabalhos que precederam as campanhas ultimamente executadas contra estas pragas florestais.

Por minha parte, em relação a ambas, coloquei-me na posição de discordar da aplicação imediata da «luta química» em grande escala, sem o esclarecimento prévio, sob o ponto de vista científico, de alguns aspectos fundamentais dos problemas entomológicos respectivos, nomeadamente no sentido de se averiguar da possibilidade de aplicação de outras modalidades de combate a essas pragas.

Rapidamente ultrapassado pelo desenvolvimento das circunstâncias favoráveis

à aplicação espectacular dos insecticidas, e impossibilitado, por falta de recursos, de realizar o programa de trabalhos que defendia e defendo, tenho-me limitado a chamar a atenção do público para alguns aspectos menos gratos da orientação adoptada, e a aguardar os resultados finais dos tratamentos que têm sido executados em larga escala no Alentejo e Ribatejo. E embora nesta altura, em relação pelo menos à *L. dispar* e à *M. neustria*, eu seja obrigado a dar-me por vencido, continuo a não estar convencido de que a «luta química» seja, de facto, a boa solução dos problemas de Entomologia florestal da natureza destes.

Que se lance mão dos insecticidas como recurso de emergência para fazer abrandar a intensidade de ataque de uma praga florestal abrangendo uma vasta área, em princípio está certo, desde que, mesmo assim, seja economicamente possível e se tomem uma série de precauções indispensáveis, nomeadamente quanto ao insecticida e processo de aplicação escolhidos, para reduzir ao mínimo os seus inconvenientes.

Mas a verdadeira solução desses problemas está ou na «luta biológica» ou nos «meios culturais», embora os trabalhos a que obriga e a obtenção dos resultados desejados possam demorar muito tempo. A única forma de aliar os dois pontos de vista, o daqueles que defendem a intervenção imediata em grande escala, com a aplicação de insec-

ticidas, e o daqueles, como eu, que defendem acima de tudo a «luta biológica», perante a urgência de sair do *ponto morto* em que nos encontrávamos e os prejuízos consequentes, está em executar, simultaneamente com os tratamentos, um bem concebido plano de investigação que permita não só tentar reduzir os inconvenientes da «luta química» como tirar o máximo partido, tanto da «luta biológica» como dos «meios culturais».

Agora adoptar apenas uma das soluções e pôr de parte, completamente, qualquer das outras, como no fim se tem feito, não me parece nem justo nem tecnicamente defensável.

Vejamos agora o que se tem passado com o Burgo.

* * *

Depois dos trabalhos de Gomes Ramalho, no fim do século passado, e mais tarde de Mira Galvão, Seabra, Santos Hall e Alfaro Cardoso, o problema do Burgo ficou apenas posto em equação, sem que qualquer das soluções propostas permitisse ir além de tal situação. E durante mais de 20 anos assim se manteve.

Só em 1951 a praga voltou a ser objecto de alguma atenção entre nós, uma vez escolhido como assunto do Relatório final de curso do eng. silvicultor Gonçalves Sanches, trabalho apresentado no Instituto Superior de Agronomia em 1952 («*Contribuição para o estudo da Tortrix viridana L. em Portugal*»).

Já nessa altura se iniciaram os ensaios de campo com insecticidas, nomeadamente D.D.T. e B.H.C., para combater a praga, ensaios que vieram a ampliar-se nos anos seguintes, como base das campanhas executadas a partir de 1955, empregando além daqueles insecticidas o Endrine e outros.

A utilização do avião veio a pouco e pouco a generalizar-se, e começaram a surgir não só os seus propagandistas entusiastas (por exemplo A. Lopes Vieira—«Al-

gumas considerações sobre o tratamento do «burgo», nas regiões de Reguengos de Monsaraz e Arroios, utilizando o avião», *Gazeta das Aldeias*, 1955) como os seus adversários (por exemplo o autor) e os seus inconvenientes (notícias dos jornais diários sobre a morte de alguns elementos da fauna cinegética local, no Alentejo, depois dos tratamentos realizados com insecticidas orgânicos sintéticos, empregando o avião).

Entretanto, perante as dificuldades na determinação da época mais favorável para o tratamento, procurou-se averiguar esta, trabalho a que se dedicaram o entomologista holandês da Shell, dr. Delmeyer e o eng. silvicultor, entomologista da mesma companhia, Azevedo e Silva.

Num último trabalho deste («*Notas acerca de la Tortrix viridana L.*—Madrid, 1959) não só é focado esse aspecto especial do problema, como é feita uma apreciação geral dos seus antecedentes, características gerais e possibilidades actuais de solução, a longo e curto prazos.

Mais recentemente, na *Lavoura Portuguesa* (Fevereiro, 1960), o eng. agrónomo António Francisco Melro, publicou um artigo («*Notas sobre o combate ao burgo da azinheira*») onde aprecia e divulga algumas informações de maior interesse do trabalho anterior.

Entretanto o eng. silvicultor Castelão Vaz, tem aparecido assiduamente no *Boletim Agrícola* da Shell chamando a atenção para o interesse e projecção da actividade da Direcção-Geral dos Serviços Florestais na execução de tratamentos químicos na luta contra as pragas dos montados, incluindo o Burgo.

Mas o que é verdade é que o problema não está ainda resolvido, não tendo sido até agora possível obter, como a «luta química», um êxito semelhante ao que por meio idêntico foi alcançado tanto no caso da Lagarta do sobreiro como da *Malacosoma neustria* L.

(Conclui no próximo número)

Pelo CONDE D'AURORA

INDUBITAVELMENTE sofremos, na era presente, do exagero da técnica—século da tecnocracia e do burocratismo!—e do exagerado especialismo.

Mas a pior das técnicas é, a meu ver, a que invade a esfera de acção das outras.

Vem isto a propósito do projecto de proposta de lei sobre arrendamentos de propriedade rústica, designado por Projecto de Proposta de lei n.º 507.

É inegável que ele causou grande perturbação na lavoura de Portugal—e além da estranheza perante a sua pouco ortodoxa economia lançou a confusão nos espiritos, em especial daqueles mais timoratos que não prevêm com a necessária calma que tal projecto de técnicos será forçosamente filtrado por técnicos de outros ramos, através da orquestração cultural da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional.

E sobre tal filtragem devo afirmar que estou absolutamente sossegado e plenamente confiado.

Mas alvoroçou-me, desagradavelmente, o princípio que emana do Projecto.

Parece que o caso, em vez de ser tratado por técnicos agrónomicos da mera ciência concreta da actual agronomia a que falta a cultura das ciências abstractas que vai da sociologia ao direito—visto o arrendamento da propriedade rústica ser um assunto essencialmente jurídico, podia, e até devia, ser tratado por técnicos juristas, e, até, no seu lugar próprio: no Código Civil Português que está sendo revisto e remodelado.

Mas não: a proposta de lei sobre assuntos exclusivamente jurídicos foi elaborada por técnicos exclusivamente agrónomicos.

E, de resto, conhece-se que o foi.

E começaremos pelo final.

Como é possível entregar a decisão final dos conflitos, quando o arrendatario queira ficar com a terra no termo do contrato, e o ex-legítimo proprietário a tal se oponha—entregar a solução do conflito aos mesmos técnicos, ao governante, ao poder executivo, à Junta de Colonização Interna—e não, como é curial, e indispensável, e ortodoxo, e tradicional, aos tribunais judiciais, honra lhes seja, que, dentro da falibilidade humana, ainda são os menos falíveis e os mais independentes!

Retirar a decisão das contendas aos tribunais judiciais, aos julgadores profissionais—e remetê-los à Junta de Colonização Interna,—é pecado de tecnicismo, de tecnocracia, de buro-

cratismo, de estatismo, de socialização, que brada aos céus!

É possível que no fundo do Alentejo—nesse admirável pedaço da terra portuguesa onde a tendenciosa demagogia revolucionária visiona uma espécie de vasto mar de sargaços de latifúndios, na sua maioria, se não totalidade, apenas tipos de grande propriedade onde a técnica agrária e o trabalho profissional agrícola, a lavoura, mais adiantada e desenvolvida se encontra no País!—é possível que lá no extremo Sul da nossa terra, se encontrem casos de arrendamentos de terras a agricultores que no seu amanho coloquem vastos capitais, em pecuária, maquinismos e construções, para se verem desalojados pelo proprietário absentista e capitalista, no fim de curto arrendamento.

É possível, é provável, talvez certo mesmo.

Mas em vez de remediar tal ocorrência pela letra do novo Código Civil Português, manejada pelo técnico jurista, para quê o técnico agrónomo ir lançar a perturbação nos espiritos (há já quem tenha despedido todos os caseiros, nas províncias onde caseiro tem o significado que no Sul se dá ao vocábulo rendeiro!...)—para quê?

Redigindo e trazendo a público um extenso projecto de proposta de lei, eivado de princípios de ortodoxia tão duvidosa e de terríveis repercussões sociais se fosse aplicado ao resto do País—e mesmo no Sul, tal qual?!

Para quê?

É certo que o ilustre Secretário da Agricultura (e nunca esqueçamos quanto a terra portuguesa lhe deve, tão especialmente através da sua gloriosa obra como presidente da F.N.P.T., e, muito particularmente, nós, os produtores de milho pela sua admirável actuação no desencharcamento, no não envilecimento do preço do milho interamnense, honra e graças lhe sejam dadas!)—o ilustre governante do sector económico respectivo, em entrevista dada ao jornal O Século, veio afirmar que o Projecto se não applicava ao Entre-Douro-e-Minho.

E, a propósito, referiu, com o seu conhecimento próprio de filho, pupilo e trabalhador desta nobre provincia, aliado às suas altíssimas qualidades de inteligência, de trabalho e de longo e aprofundado estudo—como era de parceria agrícola a mor parte da terra do Noroeste de Portugal.

Mas se algum proprietário, mais rasgado, entrega a courela minhota ao caseiro apenas pela renda anual em cereal e o deixa usufruir total-

(Conclui na página seguinte)

CUIDADOS A TER NAS ADEGAS

Pelo engenheiro agrónomo PEDRO NÚNCIO BRAVO

VALE a pena, muitas vezes, insistir em certos princípios basilares que, pelo facto de serem muito simples, não deixam de ser de grande alcance.

O povo diz: «para grandes males, grandes remédios». Sem dúvida que aquele ditado está certo mas também o estaria — quando pronunciado por um adegueiro — com esta outra forma: «para grandes males, bastam pequenos remédios preventivos».

Os remédios preventivos a que os adegueiros devem lançar mão, são simples e de todos conhecidos, mas muitos deles teimam em lhes não dar o devido valor, possivelmente pelo facto de não haver proporcionalidade entre o «efeito» e a «causa».

Assim, por exemplo, pode parecer exagerado que os simples atestos contrariem o avinagraimento, de tão nefastas consequências. O mesmo se poderia dizer relativamente a outras operações de fácil execução, e de efeitos que podemos classificar de extraordinários, a que vamos fazer rápida referência.

As trasfegas têm um papel importante, não só na qualidade, como na con-

servação dos vinhos. No Centro e Sul de Portugal já vão rareando, felizmente, os adegueiros que ainda acreditam nas supostas vantagens dos vinhos se encontrarem sobre a «mãe».

Não procedendo às necessárias trasfegas, os vinhos perdem qualidades e correm o grave risco de contraírem a gravíssima doença da «volta».

Não devemos, no entanto, esquecer que nem todos os vinhos estão, em todos os momentos, em condições de bem suportar o arejamento, que muitas vezes sofrem durante a trasfega.

Antes de trasfegar, ou de arejar os vinhos, devemos proceder à chamada «prova do ar» e proceder à sua análise, com o fim de se determinar a acidez. Vinhos com acidez volátil elevada, com casse oxidásica, ou com casse férrica, não devem ser arejados, a não ser como complemento dos tratamentos feitos aos vinhos com casses.

As vasilhas destinadas a receber vinhos devem estar, não só bem lavadas, como bem desinfectadas. Não basta que as vasilhas se encontrem desprovidas de sarro, e sem qualquer cheiro estranho, pois, se albergarem microorganismos nocivos, os vinhos que aí forem armazenados, correm grave risco de adoecerem.

Há vários produtos a que normalmente se recorre, com o fim de proceder a uma conveniente desinfecção, como por exemplo: soluções de ácido sulfúrico, de permanganato de potássio, de «soda», etc. No comércio encontram-se vários produtos de efeitos de absoluta confiança, de fácil aplicação e sem os inconvenientes das soluções fortemente ácidas, ainda hoje bastante utilizadas.

A falta de isolamento das peças de ferro, que venham a contactar com o

MIRANTE

(Conclusão)

mente algumas vides, oliveiras e árvores de fruto (e há tanto exemplo disto!)—bastariam as palavras, escritas n' O Século, do ilustre governante, para impedir o caseiro de ficar com a terra, no final do arrendamento, se a decisão tribunalícia da Junta de Colonização Interna a tal fosse favorável?

Não — o Projecto da Proposta de Lei n.º 507, não passará nos filtros da Câmara Corporativa nem nos da Assembleia Nacional, — assim o confio, e, comigo, mais gente da Lavoura de Portugal!

vinho, ou com o mosto, pode ser a causa da desvalorização dos vinhos, por contraírem a casse férrica. Quanto maior for a acidez dos vinhos (ou dos mostos) maior a quantidade de anidrido sulfuroso que encerram; quanto maior a sua permanência em contacto com aquele metal e a superfície de contacto, maior será a possibilidade de contraírem a casse férrica. O verniz de goma-laca, que a maioria dos adegueiros sabe preparar, bem como certas tintas, vernizes e indutos, fabricados expressamente para emprego em material vinário, garantem um perfeito isolamento.

Muitos dos produtos utilizados no revestimento das peças metálicas apresentam vantagens em relação ao clássico verniz de goma-laca, que continua ainda a ser muito utilizado, e é bastante barato.

Má qualidade dos produtos aplicados aos vinhos e aos mostos, como correctivos, ou desinfectantes. Só devem aplicar-se aos vinhos produtos de inteira confiança.

Produtos impuros, além de não surtirem o desejado efeito, podem agravar certos defeitos, e até criar outros.

Quantos insucessos são devidos ao emprego de produtos de inferior qualidade e, muitas vezes, falsificados!

É sempre de aconselhar a aquisição dos produtos destinados a serem empregados em enologia, nas casas da especialidade, de inteira confiança. Naquelas condições, podem por vezes não ser mais baratos mas, mesmo assim, são os que oferecem mais vantagens.

Entre muitas outras práticas condenáveis, temos uma que, por ser muito corrente, bem merece mais uma referência especial. Referimo-nos ao péssimo costume de muitos dos nossos adegueiros, de lançarem, para o chão da adega, os restos de vinho, do «fundo» dos copos. É ver como muitos, com ar de certa importância, deitam para o chão os restos do vinho, e o que utilizavam na «lavagem» do copo comum, que passa de mão em mão, na «roda de amigos» e convidados, para provarem os seus vinhos.

O vinho lançado no chão rapidamente avinagrará e passará a ser perigoso foco de infecção, como já aqui temos dito.

A falta de condições de higiene de muitas adegas é a causa de desvalorização de muitos vinhos e da prematura deterioração do material vinário.

São frequentes as adegas húmidas e mal arejadas, onde o material de madeira rapidamente se recobre de bolores, quando não chega mesmo a apodrecer e o de metal se recobre de ferrugem que corrói o ferro e tantas vezes é a causa de «rebertarem» os arcos das vasilhas que assim deixam perder os vinhos. Bastaria talvez abrir uma janela, ou fresta, para favorecer a ventilação, elevar o pavimento ou impermeabilizar uma parede ou o chão, para reduzir ou eliminar as infiltrações e tornar assim mais secas essas adegas. O material vinário com bolores é a causa frequente da desvalorização dos vinhos que venham a estar em contacto com ele.

Quantas vezes uma torneira da canalização da água que não faça boa vedação, ou o esgoto de qualquer pia que não dê perfeito escoante à água, são a causa da humidade excessiva, causadora dos inconvenientes apontados!

Quero ainda chamar a atenção dos adegueiros para o risco que correm ao seguirem os conselhos de alguns «entendidos» que têm remédio para curar todos os males que podem molestar os vinhos.

Há «entendidos» que são verdadeiros charlatães, capazes de indicar remédios que não curam e ainda que, por serem ilegais, põem os vinhos fora da lei.

Em contra-partida há muitos adegueiros e proprietários competentíssimos, capazes de patentear a sua competência e saber. Há pois que distinguir os «falsos profetas» pois eles são perigosos e, muitas vezes, atrevidos.

Não devem os adegueiros estar desatentos aos seus vinhos e aos conselhos dos técnicos que estão em condições de lhes dar convenientes indicações tendentes a bem conservar os vinhos.

Homenagem ao Engenheiro Agrónomo

SIMÕES PONTES

Bem contra a nossa vontade só hoje podemos dar notícia da homenagem promovida pela Federação dos Grémios da Lavoura de Entre-Douro-e-Minho e União das Cooperativas dos Produtores de Leite ao Eng. Manuel Simões Pontes.

Essa contrariedade tem contudo uma compensação — a de podermos registar simultaneamente o honroso louvor que ao Eng. Simões Pontes foi conferido pela «notável e eficiente acção desenvolvida junto da Lavoura produtora de Leite do Entre-Douro e Minho», publicado em recente número do Diário do Governo.

TEM vindo a tomar relevo, cada vez maior, o movimento associativo da Lavoura no sector do leite e lacticínios.

O abastecimento de leite ao Porto e centros urbanos vizinhos é, já hoje, uma notável realização, levada a cabo pela Federação dos Grémios da Lavoura de Entre-Douro-e-Minho e pela União das Cooperativas dos Produtores de Leite da mesma região, que o mesmo é dizer, uma realização da própria Lavoura.

Aproveitando o ensejo da próxima conclusão do primeiro ano de funcionamento do novo sistema abastecedor, quiseram estes dois organismos prestar pública homenagem ao Delegado da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas junto das organizações leiteiras da Lavoura do norte do País, eng. agrón. Manuel Simões Pontes, pelo inextinguível esforço e dedicação com que as vem acompanhando.

Começando por dar assistência técnica

às cooperativas de Sanfins e Vale do Vouga, no concelho de Sever do Vouga, e da Ribeira do Neiva, no de Barcelos, o engenheiro Pontes preparou já, com o Eng. Pires de Lima, a fundação da União de Cooperativas dos Produtores de Leite de Entre-Douro-e-Minho, em 1949, quando foi adquirida a fábrica da Lactínia do Ave, em Vila do Conde.

A aquisição desta unidade visava a organização do abastecimento de leite ao Porto.

Tal desiderato só pôde ser atingido, porém, 10 anos mais tarde, depois de promulgado o Decreto-lei n.º 39.178 que atribui especificamente aos Grémios a recolha e venda do leite dos seus associados, e de vencidas muitas dificuldades.

Ultrapassou o eng. Pontes, em muito, o que é exigível a um funcionário no exercício das suas funções. À alta competência técnica, alia o dom de conhecer e conduzir os homens.

Por tudo isto, a homenagem prestada significou uma alta manifestação de sincera amizade e admiração.

À sessão solene presidiu, em representação do Director Geral dos Serviços Agrícolas, o eng. Trigo de Abreu, que teve ao seu lado o homenageado, o Presidente da Junta de Colonização Interna, os drs. Braga da Cruz e Frazão Nazareth, da Comissão nomeada para assistir à Federação no abastecimento de leite ao Porto, o eng. Pires de Lima, Director do

produtores de leite, bem como colegas e amigos do homenageado.

Nos discursos proferidos, o Presidente da Federação dos Grémios e o eng. Pires de Lima enalteciram as qualidades e serviços do homenageado, pois ele é, de facto, o principal architecto do movimento da Lavoura que organiza a recolha e venda do leite numa extensa área, desde as margens do Minho até à Vila da Feira.

À resposta do homenageado asso-



Um aspecto da homenagem

Instituto do Vinho do Porto e grande organizador do associativismo agrário, os presidentes da Federação e da União das Cooperativas, Srs. Cunha Melo e Dr. Ferreira de Sá.

Na assistência viam-se os restantes membros da Comissão acima referida, drs. Costa Ramos e Lopes Garcia, o Intendente de Pecuária do Porto, directores da Estação Agrária do Porto e do Posto Agrário de Braga, Inspector das I e II Zonas Agrícolas, Chefes da Repartição das Associações Agrícolas e da Secção do Leite e Lacticínios, Presidente da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral representantes de muitos Grémios da Lavoura e cooperativas de

ciou-se, em nome dos Serviços que aqui foram também exaltados, o representante do Director Geral dos Serviços Agrícolas.

No almoço, que se seguiu, e que teve uma grande assistência, vários oradores puseram em destaque as qualidades e a obra realizada pelo eng. Simões Pontes que, no agradecimento que proferiu, elegantemente afirmou ser essa obra resultado dum trabalho de equipe unicamente orientado para beneficio da Lavoura.

À tarde fez-se uma visita à fabrica da União das Cooperativas, onde foi apreciado o seu novo apetrechamento e a excelência dos seus produtos.

Serviço de CONSULTAS

REDACTORES—CONSULTORES

Dr. A. Pinheiro Torres, Advogado; Prof. António Manuel de Azevedo Gomes—do *Instituto Superior de Agronomia*; Dr. António Sérgio Pessoa, Médico Veterinário—*Director da Estação de Avicultura Nacional*; Artur Benevides de Melo, Eng. Agrónomo—*Chefe dos Serviços Fitopatológicos da Estação Agrária do Porto*; Prof. Carlos Manuel Baeta Neves—do *Instituto Superior de Agronomia*; Eduardo Alberto de Almeida Coquet, Publicista; Dr. José Carrilho Chaves, Médico Veterinário; José Madeira Pinto Lobo, Eng. Agrónomo—da *Estação Agrária de Viseu*; Mário da Cunha Ramos, Eng. Agrónomo—*Chefe do Laboratório da Estação Agrária do Porto*; Pedro Nuncio Bravo, Eng. Agrónomo—*Professor da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra*; Dr. Sérgio de Pinho, Advogado; Valdemar Cordeiro, Eng. Agrónomo—da *Estação Agrária do Porto*; Vasco Correia Paixão, Eng. Agrónomo—*Director do Posto C. de Fomento Apícola*.

II

FRUTICULTURA

N.º 61—Assinante n.º 42.975—*Miranda do Douro*.

AQUISIÇÃO DE PEREIRAS, DA VARIEDADE «KAISER»

PERGUNTA—Tendo passado há pouco por Milão (Itália), onde comi umas deliciosas peras que me disseram chamar-se KAISER, e desejando muito ter algumas árvores dessa qualidade que alguns viveiristas portugueses, a quem me dirigi, desconhecem, muito grato ficaria se me informassem se temos alguma qualidade com esse nome ou se é possível importar.

No caso de ter de importar, qual a forma de o fazer mais facilmente e a quem me devo dirigir?

RESPOSTA—A variedade Kaiser não está divulgada entre nós. Apenas vimos esta variedade indicada no catálogo dum viveirista—Abel Moreira Barbosa, de Cete. Este viveirista deve tê-la.

Caso a não tenha, a sua importação é difícil para um particular.

O processo mais simples será pedir a um viveirista que, juntamente com os porta-enxertos que normalmente manda vir lá de fora, a importe.—*Madeira Lobo*.

XIX

MEDICINA VETERINARIA

N.º 62—Assinante n.º 36.869—*Caxias*.

BÁCOROS ATACADOS DE RAQUITISMO

PERGUNTA—Tenho uns porcos, com cerca de sete meses de idade, que nada se têm desenvolvido e ultimamente têm piorado muito, talvez devido a uns tumores rijos, à semelhança de ossos, que apresentam nos quatro membros, ocasionando-lhes mau estar e dificuldades em movimentos.

Muito grato ficaria pelo favor de uma resposta breve sobre o tratamento a fazer aos ditos porcos.

RESPOSTA—Os sintomas exibidos pelos suideos: falta ou paragem do crescimento, engrossamento dos ossos dos quatro membros, e dificuldades ambulatorias, conduzem-nos para o diagnóstico acima indicado.

TRATAMENTO: Óleo de fígados de bacalhau—cinquenta gramas por cabeça e por dia. Mais tarde essa dose poderá ir sem prejuízo até aos cento e cinquenta gramas.

Leite cru—um litro por dia e por cabeça.

Forragens verdes.

Cloreto de cálcio — por via oral — dez gramas por dia e por cabeça.

Farinha de ossos — cinco gramas por dia e por cabeça.

Tanto o óleo de fígados de bacalhau, como o cloreto de cálcio e a farinha de ossos, podem ser misturados com os compostos da "lavagem" ou "baldada".

Vida ao ar livre — a acção dos raios ultra-violetas solares é notável na fixação dos sais de cálcio. Tratamento prolongado e de resultados inseguros. Os animais ficam mais ou menos comprometidos. — *Carrilho Chaves*.

N.º 63 — Assinante n.º 44:701 — *Santo Tirso*.

BEZERRO COM DIARREIA

PERGUNTA — Comprei quatro bezerros em princípio de Janeiro p. p., e em um deles comecei a notar bastante diarreia e mais triste que os outros. Ainda se encontra nas mesmas condições; em vez de aumentar parece ter diminuído.

Pedia o favor de me informar se há algum tratamento a fazer.

Tenho muito empenho em ver se lhe atalhava o mal, por que estão a ficar muito desaparelhados, visto o companheiro aumentar e o outro não.

RESPOSTA — É natural que essa diarreia seja provocada por transtornos gastro-intestinais.

Por vezes a distomatose e outras parasitoses ocasionam-na, assim como os ovitaminoses A e B₂, a insuficiência pancreática, etc.

Como não sabemos do que se trata, teremos que instituir uma medicação sintomática.

Naftalina em pó 10 gramas

Tanino em pó 3 »

misture

(Num papel mais sete iguais)

Em meio litro de cozimento de malvas ou de sementes de linho, junte uma papelada, misture (não se dissolve), e dê por duas vezes, com o auxílio duma garrafa.

Repetir o tratamento durante oito dias mesmo que os sintomas tenham desaparecido.

Caso este tratamento não resulte, ensaie a *Terramicina Pfizer*, na dose de um comprimido por dia durante 3 a 4 dias o muito. O medicamento é dissol-

VINHOS — AZEITES — Secção técnica, sobreanálises de vinhos, vinagres, aguardentes e azeites, etc. Consultas técnicas e montagem de laboratórios. Licores para todas as análises, marca VINO-VITO. Aparelho para a investigação de óleos estranhos nos azeites. — Dirigir a VINO-VITO R. Cais de Santarém, 10 (ao Cais da Areia) — LISBOA — Telefone, 27130

vido num quarto de litro de água fervida fria. Utilizar a garrafa para a sua administração.

Manter o doente durante uns dias, a «água branca» ou água morna com farinha. Depois penso seco, entremeado com a «água branca». Só mais tarde, se lhe oferecerá o verde, mas enxuto, quando a fisiologia intestinal estiver normalizada. Parar com a verdura se os sintomas aparecerem. — *Carrilho Chaves*.

XXIII

DIREITO RURAL

N.º 64 — Assinante n.º 44:784 — *Ponte do Sôr*.

EXTINÇÃO OU MUDANÇA DE SERVIDÃO

PERGUNTA — Há uma propriedade de que fui herdeiro duma parte de terreno lavrado.

O meu antecessor fez um caminho de servidão à terra de sementeira de regadio, há trinta anos. Os proprietários de algumas fazendas nas proximidades, aproveitam esse caminho e fazem atravessá-lo a terra de regadio, não só as pessoas de pé como carros e principalmente animais, o que na época da cultura causa grandes prejuízos. Apenas o caminho encurta a distância a outras propriedades.

No caso de eu ter direito a fazer acabar a dita passagem e os fazendeiros teimarem em devassar a minha propriedade, como devo proceder?

RESPOSTA — 1.º Se os proprietários das fazendas nas proximidades, há já 30 anos, atravessam o caminho de servidão feito pelo antecessor do sr. consulente, constituiu-se uma servidão de passagem nos termos do art. 2.272.º, do Cód. Civil.

2.º Sendo assim, o senhor consulente pode requerer judicialmente a extinção dessa servidão, desde que se torne desnecessária às fazendas aludidas:

a) «por terem cessado as correspondentes necessidades»;

b) «por ser impossível já satisfazê-las» por via daquela servidão;

c) «porque o proprietário dominante (os fazendeiros, na hipótese posta) pode fazê-lo por qualquer outro meio, igualmente cómodo» (§ un. do art. 2.279.º), como seja o facto de «por qualquer modo» ter a «possibilidade de comunicação igualmente cómoda... por terreno seu» (art. 2,313.º e § un.).

3.º Se porventura não for possível a cessação da servidão, pode o senhor consulente requerer a sua mudança, nos termos do art. 2.278.º: «... se a dita servidão, no sítio assinado primitivamente para uso deia, se tornar prejudicial ao dono do prédio serviente (o senhor consulente), ou lhe obstar a fazer reparos ou melhoramentos importantes, ..., contanto que o dono do prédio dominante não fique prejudicado».

4.º Quanto aos prejuízos causados ao senhor consulente, o art. 2.394.º dispõe que «aquele, cujos animais, ou outras coisas suas, prejudicarem a outrem, será responsável pela satisfação do prejuízo, excepto provando-se que não houve de sua parte culpa, ou negligência». — *A. Pinheiro Torres.*

N.º 65 — Assinante n.º 44:760 — Lisboa.

PLANTAÇÃO OU SEMEITEIRA DE EUCALIPTOS

PERGUNTA — Numa propriedade que possui existe um prédio rústico que apanha o bico do meu prédio em terra de encosta, de todos os demais lados rodeado de mato ou de pinhais ou de eucaliptos, e nesse prédio o meu vizinho possui umas trinta e tantas oliveiras que o preenchem, isto é, constitui um olival, ainda que muito abandonado à sua sorte.

Como a minha propriedade é em declive quero saber se acima do limite A poderei plantar eucaliptos e a que distância?

Quando se perfizerem os 4 metros de desnível entre a linha limite das duas propriedades?

E medidos na vertical ou sobre o terreno?

Apesar de não ser amanhado o subcoberto do olival é a terra considerada ou não «cultivada de sequeiro»?

E para o lado B da propriedade a que distância poderei plantar?

Já não me parece haver o problema do desnível já que se trata da superfície de um monte regular e, portanto, haver curvas de nível que interceptam à mesma cota a minha (como a do meu vizinho) propriedade. E sendo assim, estarei eu obrigado a guardar os 20 metros?

Se tiver de guardar qualquer distância entre o olival e a minha plantação de eucaliptos poderei aproveitar este espaço para semear de pinhal ou plantar de cepeira de castanheiros?

RESPOSTA — 1.º Estudado o esquema que acompanhou a pergunta do senhor assinante, parece-nos que do limite A para cima só poderá plantar ou semear eucaliptos para cima de 4 metros, e medidos estes na vertical. Tanto a lei n.º 1951 de 9-3-37 como os decretos-leis n.ºs 28.039 e 28.040 de 14 de Março do mesmo ano, nada nos dizem acerca da maneira como são medidos os 4 metros no caso de desnível, pelo que é de pressupor que o legislador emprega os termos na sua plena propriedade, e como um desnível só pode ser definido pela diferença de cotas das duas curvas de nível delimitadoras, esses 4 metros só podem ser medidos na vertical.

2.º Sem dúvida que, quanto ao lado B, já se não põe o problema do desnível, pelo que é de manter a distância de 20 metros.

3.º Entre os 4 metros que deve manter no lado A e os 20 do lado B, pode o senhor consulente plantar cepeira de castanheiros ou semear pinheiros, pois as disposições citadas só condicionam a plantação ou sementeira de eucaliptos, acácias da espécie *dealbata* (conhecidas por acácias mimosas) e ailantos.

4.º Confrontando o art. 1.º do Dec.-lei n.º 28.039 com o § 2.º do Dec. n.º 28.040 que diz «consideram-se excluídos do disposto no Dec. n.º 28.039 os terrenos de mato ou floresta...», parece dever qualificar-se um olival como terreno cultivado, pelo que é de considerar-se aplicável o regime acima exposto.

5.º Pode ainda ser livre a plantação ou sementeira das espécies aludidas se, nos termos da parte final do § único do art. 1.º do Dec.-lei n.º 28.039, se «reconhecer que a forma mais conveniente de aproveitamento do terreno em que estiverem radicados (os eucaliptos) e dos terrenos vizinhos é a arborização com aquelas ou outras espécies semelhantes. — *A. Pinheiro Torres.*

N.º 66 — Assinante n.º 44:783 — S. Marcos da Serra.

RESCISÃO DE PARTILHAS

PERGUNTA — Minha avó era viúva e faleceu em 1901, tendo ficado quatro herdeiros: o mais velho com 21 anos, o segundo com 15, o terceiro com 12 e o quarto com 9 anos.

Todos os bens foram inventariados, ficando cada um com a sua parte, mas sem terem quem por isso olhasse; o herdeiro mais velho, como era de maior idade, não ligando nada às partilhas feitas, partiu à sua vontade, tirando dumas partes para outras, isto é, «prejudicando uns e beneficiando outros, sendo ele de todos o mais beneficiado.

Houve mais óbitos, como os de meus pais e meus tios, e só o ano passado é que eu tive conhecimento de tudo isto.

Por este motivo venho pedir a vossa informação sobre este assunto; se ainda tiver algum direito à dita fazenda, aonde e a quem me devo dirigir. O valor da fazenda prestado é acima de 300 contos e os herdeiros prejudicados têm pago sempre todas as contribuições.

RESPOSTA — 1. O art. 1.427.º do Cód. de Proc. Civil estabelece que «a rescisão da partilha judicial confirmada por sentença passada em julgado só pode ser requerida:

1.º Quando se der algum dos casos mencionado no art. 771.º;

2.º Quando tiver havido preterição ou falta de intervenção de algum dos co-herdeiros e se mostre que os outros interessados procederam com dolo ou má fé...», o que de resto já era a doutrina dos arts. 2.164.º e 2.165.º do Cód. Civil.

Ora nenhum dos elementos dados na pergunta nos leva a concluir que estejam preenchidas as condições legais da rescisão de partilhas, pelo que por este lado não vemos possibilidade do Sr. Consulente conseguir alguma coisa.

2. Se esse herdeiro que menciona em 1.º lugar, o único de maioridade na altura do óbito da avó do Sr. Consulente, «partiu à sua vontade, tirando dumas partes para outras» e «prejudicando uns e beneficiando outros, sendo de todos o mais beneficiado» pode ter dado causa a procedimento criminal, simplesmente nos termos do n.º 2 do art. 125.º e seu § 2.º do Código Penal, esse procedimento prescreve ao fim de 15 anos se ao crime for aplicável pena maior, sendo o prazo de prescrição ainda mais reduzido se a pena aplicável for menor.

Ora parece-nos também que por este lado, dado que já devem ter decorridos mais do que os anos necessários para a prescrição sobre um possível facto criminoso, nada pode tentar o Sr. Consulente.

3. Por outro lado ainda, a mera res-

ponsabilidade civil também prescreve segundo os prazos normais expressos nos artigos 535.º e seguintes do Cód. Civil, sendo o maior, de 30 anos.

4. Concluindo, não vemos qualquer possibilidade, com os elementos dados, de, por meios judiciais, o Sr. Consulente repor as coisas no seu lugar. — A. Pinheiro Torres.

N.º 67 — Assinante n.º 43:115 — Caminha.

INSCRIÇÃO DE PRÉDIO NA MATRIZ RESPECTIVA. PAGAMENTO DE TORNAS A CO-HERDEIROS

PERGUNTA — 1.ª Há dias, fui à Secção de Finanças denunciar o matriciamento de uma casa de habitação que mandei construir em terreno próprio que já possuía; para tal fim, preenchi a respectiva declaração, cujo duplicado me foi entregue.

Dias depois, dirigi-me à Conservatória do Registo Predial, a pedir o seu registo, apresentando o referido duplicado, único documento — se documento é — que possuo até à data.

O funcionário, porém, negou-se a lavrar o registo, alegando como causa a falta de melhor documento que provasse que o prédio me pertencia. Ora, se o prédio não passou ainda por qualquer transmissão, por ter sido construído recentemente, qual será o documento necessário para efectuar o seu registo? Um certificado do construtor?

2.ª Eu e duas irmãs herdamos, por disposição testamentária, de um tio, uma casa de habitação e respectivo quintal. Como o prédio não podia sofrer divisão, acordamos em que me fosse adjudicado, e elas, duas, recebessem a sua parte em dinheiro. A quem pertence pagar a sisa de tornas: a mim, que fiquei com todo o prédio, ou repartida em partes iguais por todas nós herdeiras?

RESPOSTA — 1.ª O senhor assinante mais não tinha que apresentar certidão da inscrição da matriz, do prédio construído, o que parece não fez.

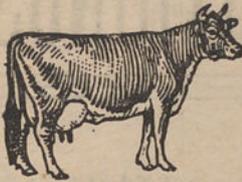
2.ª Ao senhor assinante, que ficou com a obrigação de pagamento das tornas.

Diz o art.º 7.º do Dec. 41.696 que a sisa e o imposto sobre as sucessões e doações são devidos por aqueles para quem se transmitirem os bens.

E dispõe o § 2.º do mesmo artigo:

«Nas divisões e partilhas, a sisa é devida pelo adquirente dos bens imobiliários cujo valor exceda o da sua quota nesses bens. — Luís Correia Pinto.

VACA que não é ordenhada
é VACA que não dá rendimento...



...de modo que para combater a mastite que tão generalizada e que tão prejudicial é, há que ir pelo seguro: POMADA DE «AUREOMICINA» para instilação nos úberes, porque é um preparado de comprovada eficácia



Geralmente, basta um tratamento para que o animal se restabeleça e se possa aproveitar o seu leite. Mas sendo necessário repetir-se, só há que fazê-lo cada 48 horas, o que representa outra economia de tempo e de dinheiro

POMADA DE AUREOMICINA*

Cloridrato de Clorotetraciclina para instilação nos úberes

3568



* Marca Registada

Apresentação: Bsnaga de 7,1 g

DEPARTAMENTO AGRO-PECUÁRIO
Cyanamid International
A Division of American Cyanamid Company
30 Rockefeller Plaza, New York 20, N.Y., U.S.A.



Repres. Exclusivos para Portugal e Ultramar:
ABECASSIS (IRMÃOS) & C.ª
Rua Conde de Redondo, 64-3.º - LISBOA
Rua de Santo António, 15-2.º - PORTO



OS CITRINOS

PELO

ENGENHEIRO
AGRÓNOMO

J. Duarte Amaral

Está publicado mais um volume do «Manual Enciclopédico do Agricultor Português»: OS CITRINOS.

Nas suas 640 páginas, profusamente ilustradas, trata exhaustivamente da cultura dos citrinos, de que, como se afirma no II Plano de Fomento, poderemos exportar 10 a 20 mil toneladas anuais, com largo benefício para os produtores.

Mas para se atingir esta exportação, impõe-se seguir, e com urgência, outros processos de cultura, pois com os laranjais que actualmente possuímos e com os métodos empregados, jámais poderemos, como se impõe, enviar para mercados externos produto em quantidade e qualidade.

Todo o lavrador desejoso de modificar os processos culturais que até agora tem adoptado na produção de laranja, deverá ler

OS CITRINOS

a obra mais completa, que entre nós se tem publicado, sobre a produção de **laranja, tangerina, limão** e outros citrinos.

Preço, à cobrança — Esc. 115\$00

Pedidos à *Gazeta das Aldeias*



A U N I F A

põe à disposição dos Agricultores

a) Produtos para combater males e pragas

Agral LN — Molhante-aderente para incorporar nas caldas insecticidas e fungicidas.

Albolineum — Emulsão de óleo branco para combater as «cochonilhas» ou «lapas» e «icérias».

Mergamma — Desinfectante da semente do milho, à qual assegura protecção contra os ataques do «alfinete» e doenças criptogâmicas.

Cloroxone — Poderoso insecticida com base em Clordane, indicado para o combate à «formiga argentina».

Didimac 10 e 50 — Produtos com base em DDT, especialmente recomendados para o combate à «traça» da batata e das uvas, e ainda ao «bichado» dos frutos, à «teia» da macieira, etc.

Gammexane 50 (sem cheiro) e **P. 520** — Produtos com base em Lindane, e B. H. C.,

respectivamente, indicados em especial para o combate ao «escaravelho» da batateira, «pulgão» ou «áltica» da vinha, «hoplôcampas», etc.

Gamapó A — Insecticida com base em B. H. C., próprio para a destruição dos insectos do solo — «quirónomo» do arroz, «alfinete» do milho, «roscas», etc.

Katakilla — Produto com base em Rotenona, para combater os «piolhos» e outros insectos prejudiciais às plantas.

Malaxone — Éster fosfórico não tóxico com base em Malathion; combate «algodões», «afídios ou piolhos» «traças» das uvas, «mosca» dos frutos, etc.

Quirogama — Insecticida líquido para o combate ao quirónomo ou lagartinha vermelha dos arrozais.

b) Produtos para destruição de ervas e arbustos

Agroxone 4 — Herbicida selectivo com base em M. C. P. A., completamente desprovido de toxicidade para o homem e animais domésticos. O herbicida que permite uma rápida, eficaz e económica monda das suas searas sem causar quaisquer prejuízos aos cereais.

Atlacide — Herbicida total com base em clorato de sódio para a destruição

das ervas daninhas dos arruamentos, jardins, etc.

Trioxone — Arbusticida hormonal, com base num éster do 2, 4, 5 T, embora seja também activo contra diversas ervas daninhas de «folha larga», o 2, 4, 5 T é especialmente eficaz contra plantas lenhosas, tais como silvas, diversos tipos de mato, acácias infestantes, etc.

c) Produtos auxiliares da vegetação

Horthomona A — É um preparado sintético que estimula e ace-

lera a formação de raízes nas estacas.

À VENDA EM TODOS OS DEPÓSITOS E REVENDEDORES DA

Companhia União Fabril

Rua do Comércio, 49 — LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 84 — PORTO

3047



A Bomba que lhe resolve o seu problema caseiro.

Água para lavagens a pressão e pequenas regas.

Liga-se à linha da iluminação; consumo mínimo

Peça uma demonstração ao vendedor mais próximo

AGENTE GERAL PARA PORTUGAL E ULTRAMAR

J. L. Duarte d'Almeida R. S. Miguel, 61
PORTO - Telef. 26515

H. KLEIN, L. DA

Sucessores da casa H. KLEIN — fundada em 1894

Produtos Enológicos — Taninos, gelatinas, produtos especiais para o tratamento, melhora-mento e clarificação de vinhos.

Derivados de Mosto de Uva do Douro — Mosto esterilizado, Mosto concentrado, Mosto torrado.

Carvões vegetais activos — Para Enologia, Indústria açucareira, Indústria química.

Rua da Montanha, 177 — Vila Nova de Gaia
Telef. 390141 — Telegr. NIELK

1823



Uma novidade para a viticultura CUPERTANE

Fungicida misto de cobre e **DITHANE z-78**

O único que **paralisa** os ataques do **míldio**

A' venda nos Grémios da Lavoura e no comércio local

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS:

Sociedade Permutadora

S. A. R. L.

Av. da Liberdade, 190 — LISBOA • PORTO — Rua da Boavista, 44
Telef. 48141/2 Telef. 32107

3648



1369
**CONTRA A
PAPEIRA**

OS CRIADORES PREVIDENTES DÃO

MARCA **PLOUGH** (CHARRUA)

(Allen & Hanburys, Ltd., Londres)

em cápsulas gelatinosas de 1 c. c.

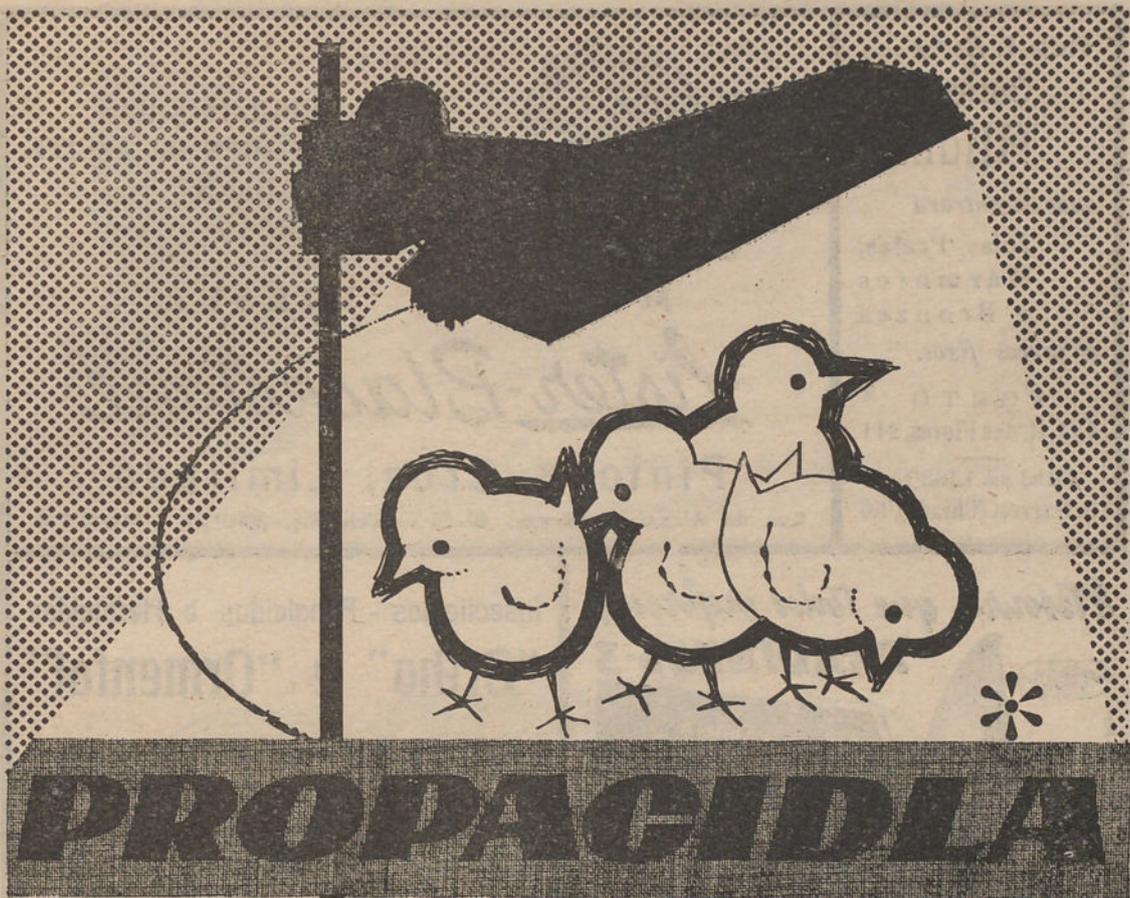
- Produto garantido
- Eficácia comprovada
- Fácil aplicação
- Reduz a mortalidade
- Valoriza as cabeças
- Melhora a lã

Agentes: COLL TAYLOR, L. da-R. Douradores, 29-1.-LISBOA

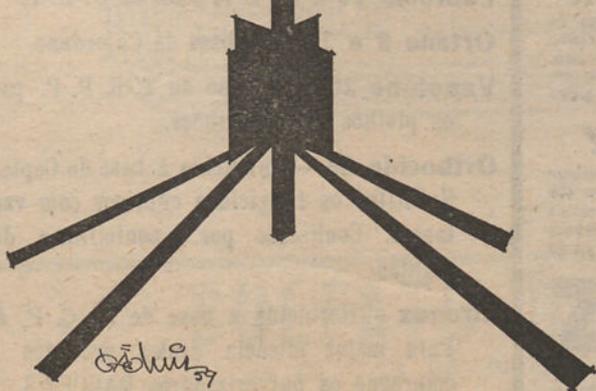


A venda em todas as Farmácias

3384



**criadeiras
para pintos**



No seu próprio interesse consulte a

3330

CIDLA — Combustíveis Industriais e Domésticos S. A. R. L.
L I S B O A P O R T O C O I M B R A

GAZETA das ALDEIAS

(97)

Visite V. Ex.^a a

Ourivesaria Aliança

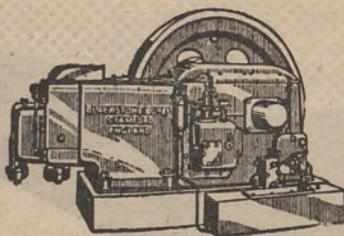
onde encontrará

Jóias, Pratas,
Mármore
e Bronzes

a preços fixos.

PORTO 3056
191, R. das Flores, 211

Filial em LISBOA:
R. Garrett (Chiado), 50



PARA:

- DEBULHADORAS
- LAGARES DE AZEITE
- MOAGENS
- BOMBAS

MOTORES DIESEL

Lister-Blackstone

Pinto & Cruz, Limitada

Rua de Alexandre Braga, 60-64 — Telefone, 26001/2 — PORTO

2177

A Tesoura que Todos preferem!

PRADINES n.º 3



P.F.O.H. 406 For.



LAMINA
SUBSTITUIVEL
EM AÇO SUECO

Especialmente criada para os
profissionais:
Viveiristas, Fruticultores,
Viticultores.

leve mas robusta

A elevada resistencia dos aços de alta
qualidade que entram na sua fabri-
cação, permitiu reduzir consideravel-
mente o peso, aumentando a sua
robustez.

potente e confortavel

A precisão do fabrico de todos os
seus órgãos, a lamina de gume incisivo
a forma estudada para facil manobra,
o amortecedor de choque, permitem
realisar sem esforço cortes per-
feitos, nos mais fortes ramos.

a mais duravel

Todas as vantagens indicadas fazem
com que esta seja a tesoura de
maior duração. Durante muitos
anos ela vos prestará os melhores
serviços que duma tesoura se pode
esperar.

PRADINES

A FERRAMENTA DE PRECISÃO DA CIRURGIA
VITICOLA E ARBORICOLA

Representantes Exclusi-
vos para Portugal Ilhas
e Ultramar

NOVIDADES AGRICOLAS RODANA L^o
Rua Teixeira de Pascoais 21E
Rua Dr. Gama Barros 60
Telefone 728848 LISBOA - 5

Concedem-se Agencias nos concelhos Disponiveis

3626

Insecticidas - Fungicidas e Herbicidas
“Ortho” e “Ormental”

Laranjol — Emulsão oleosa de verão para as
coccinilhas dos citrinos e de outras plantas.

Cochonol — Emulsão oleosa de inverno para
árvores de folha caduca.

Orthion 20 — À base de Parathion (20 %).

Malatox 50 — À base de Malathion (50 %).

Lindox 5, 20 e 100 — À base de Lindane.

Lindox 50 — À base de B. H. C.

Panfonal 10 e 50 — À base de D. D. T.

Ortane 5 e 75 — À base de Chlordane.

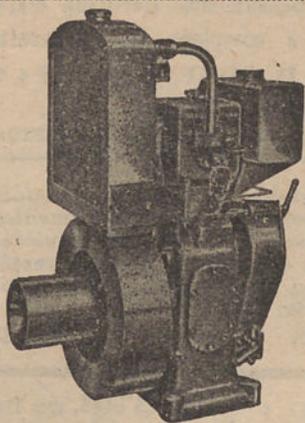
Vapotone 20 — A base de T. E. P. P. para
os piolhos ou morrilhões.

Orthocide 83 — Fungicida à base de Captan.
Substitui os fungicidas cúpricos com van-
tagem. Conhecido por «penicilina» das
plantas.

Lironox — Herbicida à base de M. C. P. A.
Para maior eficácia destes produtos
empregue os pulverizadores BACCHUS
e VAULTIER e as torpilhas BACCHUS

Exclusivo de: H. VAULTIER & C.^A

2587



Motor Diesel «A B C»

MOTORES a gasolina, a petróleo e a gasoil.
GRUPOS MOTO-BOMBAS para tirar água (de motor a gasolina e a petróleo).
MATERIAL VINÍCOLA — Esmagadores de uvas; Prensas para bagaço; Cinchos; Bombas de trasfega, etc., etc.
DESCAROLADORES do milho (manuais e para motor); Tararas e muito outro material agrícola.
Adubos — IMPORTADORES
SEMENTES das melhores procedências nacionais e estrangeiras, para horta, prado e jardim.

2757

PEDIDOS AO

Centro Agrícola e Industrial, Lda.

Telefs. 25865/6 • R. Santa Catarina, 309—PORTO • Telegr. «Agros»

Bosch

BOMBAS E INJECTORES
PARA TODOS OS MOTORES AGRICOLAS
E SUA REPARAÇÃO
COM PEÇAS GENUINAS BOSCH

E. T. ROBERTO CUDELL, L.^{DA}

PORTO

LISBOA

R. Faria Guimarães 883

R. Passos Manuel 30 112 Av. Duque Loulé 120



2738

SULFATO DE COBRE
NACIONAL-INGLÊS

A Lavoura Nacional abastece-se no seu grande fornecedor através de Grémios, Armazenistas, etc.

A. D. OLIVEIRA MAGALHÃES
Rua de Santa Catarina, 915—PORTO

3645

**Companhia Hortícola-
-Agrícola Portuense, Limitada**
QUINTA DAS VIRTUDES
R. Azevedo de Albuquerque, 5 — PORTO



O Estabelecimento Hortícola mais antigo e completo da Península
FUNDADO EM 1849

TELEFONE, 21882 : : : : :
TELEGRAMAS: «HORTÍCOLA — PORTO»

*Aducos para todas as culturas — Fórmulas químicas e químico-orgânicas — Árvores florestais e de fruto — Oliveiras e Videiras — Distintas variedades, rigorosamente seleccionadas — Sementes de hortia e forragens — Acabamos de receber dos nossos antigos fornecedores do Estrangeiro, verdadeiramente seleccionadas e com todas as garantias, sementes de Hortia e Forragens, a preços razoáveis * Batata de semente — Anualmente importamos batata de semente, devidamente certificada, das : : : : : variedades mais produtivas e acreditadas no nosso País : : : : :*
CATÁLOGOS GRÁTIS A QUEM OS REQUISITAR

SACAVÉM

Se V. Ex.ª

Tem necessidade de adquirir

Serviços de Mesa
Faianças de Fantasia
Loiças para Cozinha
Azulejos ou Mosaicos
Loiça Sanitária

escolha a marca de confiança
Grande resistência e formatos modernos

À VENDA NO PORTO NA

R. DAS CARMELITAS, 40

LISBOA

COIMBRA

Av. da Liberdade - 49/57

R. Dr. M. Rodrigues-13



OS RATOS, um flagelo que ameaça a vida e a economia dos povos pelas doenças que propagam e os haveres que destroem.

Façamos-lhe guerra por intermédio dos **MATA RATOS ZAZ.** Pacote, 3\$00

INSECTICIDA ZAZ «2» — À base de DDT e LINDANO COMPOSTO, de excelentes resultados comprovados o ano passado na destruição do ESCARAVELHO da BATATEIRA, em todas as suas fases, (**Adulto e Larvas**), para pulverizações.

Pacotes de: 25 - 100 e 200 gramas.

ZAZ FORMIGA — Excelente composto em pó, para a destruição de toda a espécie de formigas.

Caixas de: 20 - 50 e 100 gramas.

À VENDA NAS CASAS DA ESPECIALIDADE

Depositário no PORTO:

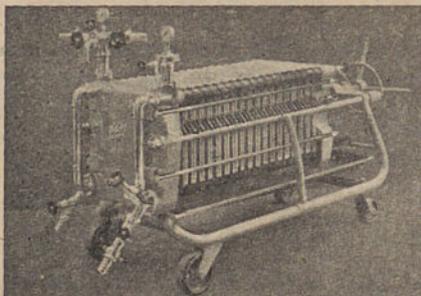
Drogaria Granado

Fábrica dos Produtos ZAZ

Quinta de Santo António — COVILHÃ

Não encontrando, dirijam-se ao fabricante.

Filtros Esterilizadores e Kieselgur — Amiantos e Placas — Bombas Reguláveis em Aço Inoxidável — Máquinas de Capsular, Encher, Lavar, Rolhar, Rotular e todo o material para caves.



SEITZ-WERKE G. m. b. H.

Representante em Portugal, Ilhas e Ultramar

H. W. DAEHNHARDT

Tr. do Almada, 20-2.º, Dt.º — Telef. 20891-33319 — LISBOA

Agente no Norte — **António G. Pinto de Freitas**
Largo de S. Domingos, 14-15 — Telef. 27350 — PORTO

* COSSONAY (SUIÇA) * OSLO * S. PAULO *

LONDRES * ANVERS * ARCISATE (ITÁLIA)

YARMOUT (CANADÁ) * VIENA * MADRID * ATENAS



3501

Um simbolo de confiança na alimentação do gado e das aves.

PROVIMI-PORTUGUESA

Concentrados para Alimentação de Animais, L.^{da}

Rua do Machado, 47 - Carnide

LISBOA

Fabricantes-Concessionários em várias regiões do País

* CASABLANCA * ROTTERDAM * PARIS/CROIX *

Granja Avícola Ria-Mar

Pintos e Patinhos

Raças de postura - Raças de carne

Leghorn Branca - New-Hampshire - White-Rock

Garrisson (carne)

Khaki Campbell - Corredor Indiano

Peking (carne)

Costa Nova - AVEIRO - Telef. P.P.C 23868

3621

COQUELUCHE
ASMA - BRONQUITE - CATARRO - TOSSE

E OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO:
ALÍVIO QUASI IMEDIATO COM A APLICAÇÃO EXTERNA DE:



AMBRINOL

PRODUTO DE VALOR TERAPEUTICO INCOMPARAVEL, COMPROVADO POR CENTENAS DE ATESTADOS MEDICOS

LABORÁTORIOS DA FARMÁCIA VITÁLIA - PORTO

E.D.T.

2645

Todos os produtos legalmente autorizados para a indústria vinícola.

VINHOS

Material de Adega e acessórios para todas as aplicações.

Material de laboratório, reagentes e análises

TUDO PARA A VITI-VINICULTURA

Consultar sempre: **A. DUARTE** (Organização Técnica de Enologia)
Rua do Arsenal, 84-2.º Esq. LISBOA - 2

Telefone, 366284

3593

DRIN EUREKA

Acção fulminante e residual contra o

3599

**Pulgão da
VINHA**

**Escaravelho da
BATATEIRA**

O MAIS ECONÓMICO!

INSECTICIDAS ABECASSIS

SOBUVOB, L^{DA}—Campo Grande, 189—LISBOA—Telefone, 779916

Tudo quanto o lavrador precise saber sobre a cultura do milho ou milho, encontra-o claramente exposto no livro

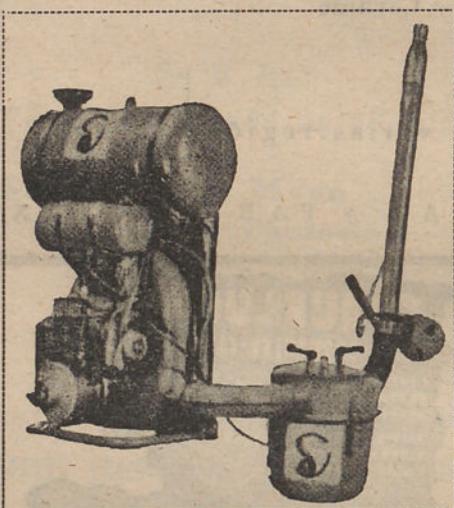
O MILHÃO

pelo Eng. Agrónomo
ARTUR CASTILHO

Um volume de 388 páginas, profusamente ilustrado.

Pelo correio,
à cobrança. 39\$00

Pedidos à
Gazeta das Aldeias



« A M I C A »

o atomizador-polvilhador perfeito

4 técnicas de espalhamento:

- Atomização dos produtos em emulsão aquosa
- Polvilhamento em névem com antiparasitários em pó seco;
- Polvilhamento a curta distância;
- Polvilhamento com pós humidificados.

ECONOMIZA: 20 % de substância activa; 90 % de água e 60 % de mão de obra.

Importadores exclusivos:

Sociedade Comercial Rex, Limitada

Rua Rodrigo da Fonseca, 91, 1.º
Telefs. 683994-687125—LISBOA

3635

O Caminho de Ferro é o transporte ideal, pois é seguro, rápido, prático e económico.

1593

DRIN EUREKA

Fulminante contra a LAGARTA VERMELHA do

A R R O Z A L

O MAIS ECONÓMICO!

INSECTICIDAS ABECASSIS

SOBUVOB, L^{DA}—Campo Grande, 189—LISBOA—Telefone, 779916

3599

Siga-me... Acompanha-nos a melhor Genieca!



**Her
umus**

O activador biológico das fermentações das

NITREIRAS, ESTRUMEIRAS, ETC.

Melhor do que uma máquina de fazer estrume

EFICIENTE - ECONÓMICO - PRÁTICO

(aplicado na dose de 1 para 5 mil)

3638

RAMO AGRÍCOLA DA

Agência Comercial de Anilinas, L.da

75, Galeria de Paris, 77

P O R T O

Telefone, 25397



*Muitas vezes
é suficiente
apenas
1 comprimido.*

Contra
dores de cabeça

constipações

reumatismo



ASPIRINA



Há mais do que 60 anos
ASPIRINA e BAYER
familiares a todos.

3610

CUPRIXOFRE

ABECASSIS



V I N H A S
B A T A T A I S
T O M A T A I S

CUPRIXOFRE
contra MILDIO E OÍDIO

**O fungicida mais completo,
seguro e económico**

Combate simultaneamente o

MÍLDIO e o OÍDIO

3599

SOLUVOL, L.da

Campo Grande, 189 — LISBOA — Telefone, 779916

MOBILIÁRIO USADO

em todos os géneros, para todos os aposentos.

Temos moderno e antigo.

Temos mobiliário em todos os tamanhos e para todos os preços.

Na nossa casa compra o rico, o pobre e o remediado.

Também fabricamos qualquer modelo por encomenda e fazemos entregas ao domicílio.

VENDAS, TROCAS E COMPRAS DE MÓVEIS DE QUALQUER GÉNERO.

ANTIGUIDADES E TUDO DE VALOR.

A **Casa das Móveis Usadas** do Porto é na Travessa de Cedofeita, 46 — Telefone, 25756.

3605

HERPETOL

PARA DOENÇAS DA PELE

UMA GOTTA DE HERPETOL e o seu desejo de coçar passou. A comichão desaparece como por encanto. A irritação é dominada, e a pele é refrescada e aliviada. Os alívios começaram. Medicamento por excelência para todos os casos de eczema húmido ou seco, crostas, espinhos, erupções ou ardência no pele.



A venda em todas as farmácias e drogas

**VICENTE RIBEIRO & CARVALHO
DA FONSECA, LIMITADA**

RUA DA PRATA 237-LISBOA

OENOL

*Sociedade Portuguesa
de Oenologia, Lda.*

Importadores - Armazenistas

DE

Produtos Enológicos
Material de Adega

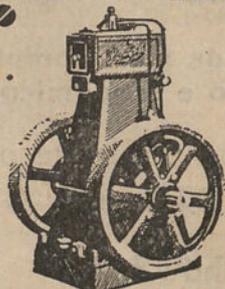
E

Material de Laboratório

LISBOA — Rua da Prata, 185, 2.º

Telefones: 2.8011 - 2.8014

2860



DESDE 3½ HP - 600 R.P.M.

MOTORES A ÓLEO

BAMFORD

DIESEL

O MELHOR
MOTOR INGLÊS
PARA A
AGRICULTURA
E PEQUENA
INDÚSTRIA

RESISTENTES
SIMPLES
FÁCEIS DE
MANEJAR
ECONÓMICOS
GARANTIDOS

JAYME DA COSTA, L.ª

14 - R. dos Correios - LISBOA

12 - P. da Batalha - PORTO

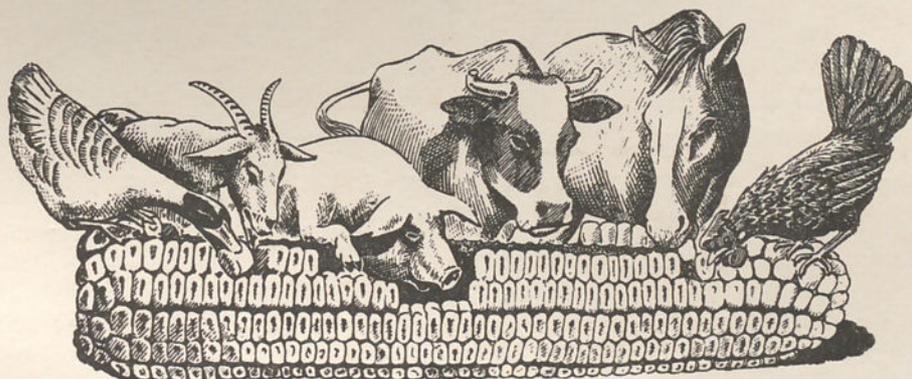
MECÂNICA E ELECTRICIDADE
EM TODAS AS APLICAÇÕES

1149



Milho Híbrido

== IRPAL ==



O MILHO DA ABUNDÂNCIA

À VENDA EM TODO O PAÍS

Dirigir pedidos e solicitar informações a:

IRPAL

1970

Indústrias Reunidas de Produtos para a Agricultura (S. A. R. L.)

Travessa do Almada, 20-2.º-Esq. — LISBOA — Tel.: 31167/31168

CIANAMIDA CÁLCICA

CAL AZOTADA

20-21% DE AZOTO

O ADUBO AZOTADO COM
MAIOR PERCENTAGEM DE CAL

*OS MELHORES RESULTADOS EM SOLOS ÁCIDOS
NAS SEGUINTE CULTURAS:*

ARROZ, MILHO, CEREAIS DE PRAGANA,
BATATA, OLIVAL, VINHA, POMAR, etc.

E AINDA

NA PREPARAÇÃO DE ESTRUMES E
NO COMBATE ÀS ERVAS DANINHAS



COMPANHIA PORTUGUESA DE FORNOS ELÉCTRICOS

INSTALAÇÕES FABRIS
CANAS DE SENHORIM



SERVIÇOS AGRONÓMICOS
LARGO DE S. CARLOS, 4-2.º
LISBOA—TELEFONE 368989

3185